



**Ministério do Turismo
Conselho Nacional de Turismo**

**ATA DA 12^a REUNIÃO DO
CONSELHO NACIONAL DE
TURISMO REALIZADA EM 16
DE MARÇO DE 2006, NA
CIDADE DO RIO DE JANEIRO
- RJ.**

A reunião foi presidida pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Turismo e Presidente do Conselho Nacional de Turismo, Walfredo dos Mares Guia.

Aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e seis, às nove horas, no Salão Quartzo, Hotel InterContinental, no Rio de Janeiro/RJ, sob a **Presidência do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Turismo e Presidente do Conselho Nacional de Turismo, Walfredo dos Mares Guia**, reúnem-se os **Conselheiros Titulares e Suplentes do Conselho Nacional de Turismo**, conforme assinaturas constantes às folhas 15 e 16 do Livro de Presença. A reunião tem início com o **Presidente da Mesa, Excelentíssimo Sr. Walfredo dos Mares Guia** que apresenta o bom dia as senhoras e senhores Conselheiros, solicita por gentileza, que ocupem seus respectivos lugares porque a reunião daquela data é muito importante. Agradece a presença de todos, ressalta que pela lista de presença já tem o *quórum* para a reunião ser iniciada, apesar de levemente postergada por uma razão muito importante, a apresentação à imprensa, com distribuição a todos os presentes, da pesquisa sobre turismo doméstico, feita pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE da USP. A pesquisa abrange 36 mil domicílios e forma um Banco de Dados que coloca à disposição todos os cruzamentos para responder inúmeras perguntas do setor. Ressalta a decisão de haver feito a apresentação para a imprensa antes do Conselho, exatamente para que a divulgação chame mais atenção sobre a importância do setor econômico do turismo. Lembra que a 12^a reunião do Conselho Nacional é a última que conta com a presença do Milton Zuanazzi ainda como Secretário Nacional de Políticas de Turismo, pois na segunda-feira dia 16 de março, às 16 horas, no Palácio do Planalto, toma posse, na presença do Presidente da República, como Presidente da ANAC. Ressalta que a reunião do Conselho é um dia de celebrar também a presença do Milton como Secretário e, propõe que na próxima reunião, a ANAC tenha assento no Conselho. Diz que depois apresenta formalmente a moção esperando que seja aprovada para o Milton continuar no Conselho, não mais como Secretário, mas como membro. Agradece a presença do Sr. *Jean Claude Baumgartem*, presidente mundial da WTTC do Conselho Mundial de Turismo e Viagens, sentado à mesa a sua direita e que dá a honra de comparecer à reunião. Comunica que o Sr. *Jean Claude* vai ter a oportunidade de se dirigir aos Conselheiros que, como empresários do turismo, sabem que a WTTC é a entidade mundial que congrega os empresários do setor e, a sua presença no Brasil, mostra a importância do turismo hoje no mundo e muito honra ao Conselho Nacional. O **Sr. Ministro Walfredo** comenta sobre a reunião naquela data, do Fórum Nacional de

Secretários e Dirigentes de Turismo, que oxigena a sua gestão com a eleição do novo ou da nova presidente. Considera o momento de agradecimento ao Marcelo Sáfadi, Secretário do Estado de Goiás que representa o Fórum Nacional dos Secretários no Conselho e, ressalta que o mesmo possa continuar a vir nas outras reuniões. Pede licença para agradecer e dizer uma palavra pessoal de otimismo em relação ao momento em que vive o turismo que, pelas preliminares, terá o melhor orçamento da história, com um bilhão de reais, novamente suplementado por uma espetacular contribuição do Congresso Nacional. Deixa claro a importância do trabalho dos membros do Conselho, governos estaduais, federal e municipais, dos empresários e entidades junto ao Congresso Nacional. Diz que são quase trezentos milhões de reais de emendas individuais, que todas serão pagas e que ainda podem crescer um pouco com as emendas de Comissões e Bancadas, chegando perto dos 400 milhões. Praticamente todos os estados do Brasil colocaram verbas relevantes no orçamento para projetos estruturantes através de suas Bancadas, além do orçamento específico do Ministério, que no conjunto sobe para um bilhão de reais. Ressalta que em 2003, executaram 130 milhões, em 2004 foram 350 milhões, em 2005 740 milhões e esse ano espera ultrapassar 800 a 900 milhões, um número inédito. Esclarece que tirando o montante das despesas com o pessoal, colocado à disposição pelo Ministério do Planejamento, 717 milhões e 600 mil, foram executados 716 milhões e 300 mil, com 99,8% do limite colocado a disposição. Considera fundamental levar em conta o quanto custa para o Ministério gerir a si próprio, uma preocupação com o custo fixo da máquina para fazer todas as coisas que precisam. Isso significa que em 2003, 6,3% foi a despesa interna em relação ao total executado. Em 2004, 6,2% do total executado foi o custo interno, data em que o Ministério já havia sido montado com a nova sede, as pessoas todas contratadas e 2005, as despesas operacionais atingiram 4,7%, uma meta de rotina. Agradece a presença de todos, ao Sérgio Ricardo Secretário Estadual do Rio de Janeiro como anfitrião, ao Hotel InterContinental pela extraordinária recepção, agradece a presidente da ABEOC, Sra. Simone Saccoman, também anfitriã que propicia um lugar altamente confortável para a realização da reunião do Conselho, agradece a presença de praticamente 100% dos Conselheiros para mais uma importante reunião e passa a palavra ao Secretário Milton Zuanazzi para colocar a pauta e encaminhar os trabalhos. O **Secretário Milton Zuanazzi** cumprimenta o Ministro e Conselheiros. Agradece a Simone e ao Juarez, na época da indicação era o presidente da ABEOC, e juntos batalharam para realizar a reunião do Conselho no Rio de Janeiro. Reporta-se à pauta, e inicialmente coloca em discussão a Ata da 11ª Reunião, indaga se os senhores Conselheiros têm alguma coisa a modificar que se manifestem e, se todos concordam, está aprovada. Entra na ordem do dia com as apresentações por parte do comando do Ministério, inicia pelo Secretário Executivo Márcio Favilla, seguindo com a Secretaria Nacional de Programas Maria Luisa Leal, o Presidente da Embratur Eduardo Sanovicks e o próprio Milton Zuanazzi, para depois dar continuidade aos trabalhos. O **Secretário Executivo Márcio Favilla** cumprimenta o Sr. Ministro, colegas do Ministério, Sr. Baumgartem, membros do Conselho e demais convidados. Comunica que no final de março haverá a 47ª Assembléia Anual de Governadores do BID, em Belo Horizonte envolvendo várias atividades, tanto do setor público dos países das Américas e outras regiões do mundo, porque são acionistas do BID, como também, atividades de interesse do setor privado. Por isso mesmo e, para aproveitar a ocasião e colocar de forma mais forte o tema turismo no âmbito do BID chamando a atenção do setor para outros segmentos, haverá a organização de um seminário no dia 30 de março, denominado Desenvolvendo o Turismo nas Américas. Destaca a sua importância, porque o BID está processando a revisão de sua política para o setor e,

considera uma boa oportunidade para colocar o tema em discussão e convida os membros do Conselho. Como segundo tema, trata a questão do domínio Ponto Travel, que no ano passado, em reunião do Conselho e também do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, informou sobre este novo domínio específico para o turismo, criado pela ICAN, entidade internacional que administra a *internet* no mundo. Informa que ano passado a ICAN designou uma empresa para conduzir esse processo e depois foi criado um conselho reunindo aproximadamente um pouco mais de 100 entidades do setor privado pelo mundo afora, com apenas uma exceção, o Ministro Walfredo que em setembro de 2004, durante a reunião do grupo estratégico da OMT em Mônaco, foi solicitado que indicasse alguém do Brasil para sua composição e na oportunidade, a Dra. Janine Pires da Embratur foi indicada. Mais recentemente, no âmbito do Ministério, considerou-se por bem fazer uma alteração e, desde a reunião de Berlim, o próprio Secretário participa do conselho pelo Ministério do Turismo. Comunica que na reunião do conselho em Berlim conseguiu-se que fosse reaberto o prazo para o setor público fazer os seus registros a partir de primeiro de abril à 31 de dezembro, uma vez que os estados e municípios não haviam feito, talvez por acharem que não seria importante. Informa que em Berlim, houve um seminário organizado pela OMT, com a participação da Organização Mundial de Saúde sobre a questão da gripe aviária, situação preocupante para o setor se vier a se transformar em uma pandemia. Diz que a posição apresentada pela Organização Mundial de Saúde e, do ponto de vista técnico científico, é que até o momento não há registros de transmissão entre humanos. Por último considera importante informar sobre o concurso que o Ministério do Turismo está conduzindo no momento, com a possibilidade de contratação de 60 funcionários de nível médio e 40 de nível superior, cujo processo está em andamento com 11 mil e quatrocentos inscritos para agente administrativo e 3 mil e quinhentos inscritos para técnicos de nível superior e que ao longo do semestre, haverá a contratação de funcionários, o que considera um fator importante no processo de institucionalização do Ministério do Turismo. O Sr. Ministro passa a palavra para o Sr. Jean Claude Baumgartem (Presidente mundial da WTTC) que se expressa no seu idioma. A seguir, a Secretária Maria Luisa apresenta o relatório do Ministério com detalhamento das ações, no balanço do ano. Destaca os estudos contratados para a desoneração do investimento, sendo um específico de aceleração da depreciação e outro que trabalha todos os bens de capital da hotelaria, dos bares e restaurantes. Informa que os estudos já estão no Ministério do Desenvolvimento e no Ministério da Fazenda, foi realizada negociação com o Secretário da Receita Federal e estão avançando. Diz que foram distribuídos, todos deram sugestões e, de qualquer forma, estão no site do Ministério à disposição para aprofundamento. Outro estudo é sobre a competitividade da indústria do turismo brasileiro, onde foi contratado o professor Luciano Coutinho, que juntamente com o professor Fernando Sarte coordenam uma equipe de consultores especializados. Ressalta ainda um estudo de organização industrial coordenado pela professora Lucia Helena Salgado do IPEA, com a participação da Universidade do Rio de Janeiro, que trabalha a questão mais micro-econômica do turismo, a formação da oferta e da demanda, não do ponto de vista do inventário, mas de como se estrutura, o nível de concorrência no mercado. Outro estudo é sobre o nível da negociação no âmbito da Organização Mundial do Comércio, da União Européia e das negociações no âmbito da ALCA, identificando o que acontece e quais as posições das negociadoras que interessam. Revela que a Fundação Getúlio Vargas também está iniciando o estudo sobre os financiamentos com os Bancos públicos identificando a história de financiamentos tomados e refazendo o balanço das empresas. Além disso, tem o estudo de turismo sustentável

alívio da pobreza que a equipe do PRODETUR está coordenando, numa doação do Banco Mundial para definir em que medida o turismo é efetivamente um instrumento de alívio a pobreza e de desenvolvimento sustentável. Com relação aos Bancos destaca o crescimento dos recursos das instituições financeiras e diz que houve um crescimento em 2004 e 2005 no caso do Banco do Brasil de 21%, e na Caixa de quase 70. Com relação ao PRODETUR informa que o Rio Grande do Norte, Bahia e Ceará já contrataram 105 milhões de dólares e Pernambuco fechou a negociação com a Secretaria do Tesouro Nacional enquanto que os estados de Sergipe, Minas, Piauí, Paraíba e Espírito Santo estão em negociações finais. No caso do PRODETUR Sul, são 150 milhões de dólares aprovados com o programa pronto. Fala que o Ministério da Integração Regional é um grande parceiro com recursos em ações conjuntas. Finalmente fala sobre qualificação, certificação profissional e empresarial na produção associada ao turismo, com quase 50 milhões de reais investidos, com avanços baseados na demanda, o que é o diferencial. Ressalta que o Ministério do Turismo vai subsidiar a certificação de pequenas e médias empresas em parceria com o SEBRAE que já iniciou o processo. Pede que todos ajudem a divulgar o sistema, o plano de comunicação está pronto e que entendam a qualificação profissional. O **Sr. Ministro** ressalta dois assuntos apresentados pela Secretária Maria Luisa, sobre as normas da conformidade da *creditação*, com três anos de trabalho importantes e agradece também a especial contribuição do Instituto de Hospitalidade. Outro ponto diz respeito às consultorias desonerando o setor de turismo sob todos os aspectos, estando em negociação com as autoridades da Receita Federal, para que o turismo seja entendido como um negócio e, como tal ter os mesmos benefícios que a indústria. Diz que teve a oportunidade de falar com alguns membros do Conselho sobre a importância das questões empresariais do negócio turismo serem tratadas com mais visibilidade. Fala da questão recente dos vistos, através da flexibilidade da lei de reciprocidade, assunto colocado pelo Deputado Federal Cadoca de Pernambuco, que por sinal vai o ser o presidente da Comissão de Turismo da Câmara, cujo assunto levou ao Congresso Nacional duas audiências públicas, uma na Câmara e outra no Senado. Diz que surpreendentemente o Congresso deu uma visibilidade, mas o setor, salvo uma ou outra manifestação individual está mudo. Ressalta a necessidade de olhar isso com cuidado especial, porque há uma oportunidade de ouro no Congresso para o assunto avançar, mas de repente saíram algumas notícias em cima das opiniões individuais, como se tivéssemos apenas querendo suspender os vistos dos americanos para o Brasil. Ressalta que não é isso que se trata, mas ter uma lei que flexibiliza a reciprocidade, pois a existente é de 1980, na época da ditadura e deu ao outro país de fazer política de soberania no Brasil. Considera um assunto, que os empresários e entidades do turismo, não o Conselho, devem se manifestar, não somente junto aos deputados, mas junto à mídia explicando o que é uma flexibilização. Diz que viu a opinião do Eraldo, do Pedro Fortes, do Dultra, mas as entidades do turismo, estão ainda na sua maioria silenciosa em relação ao assunto, e acha o momento extraordinário. Considera que em nível do governo estão assumindo a responsabilidade, a lei está pronta. Deve-se discutir sob ponto de vista do negócio do turismo onde mais de um e meio a dois bilhões dólares entrariam no Brasil, se não exigissem o visto do Canadá, dos Estados Unidos, da Irlanda, do Japão, da Austrália, etc, se houvesse uma lei permitindo a flexibilização. Pede aos membros do Conselho e principalmente aos presidentes das entidades, em especial à CNC - Confederação Nacional do Comércio, que se manifeste, não por pessoa física, mas pelo presidente da entidade, porque essa não é uma batalha fácil para ganhar e não é do Ministro, que está pelo menos cumprindo a sua parte. Por fim, diz que a questão que a Maria Luisa colocou da desoneração, vai aumentar

tremendamente a competitividade do turismo, sobretudo para o setor exportador. Na continuidade, passa a palavra para o **Sr. George Ermakoff (Presidente do SNEA)** que propõe que se faça uma moção do Conselho Nacional do Turismo favorável à flexibilização e a segunda proposta para os empresários, onde o governo estaria de fora, preparar um texto para atender a opinião pública com relação ao assunto, que muitas vezes é deturpado e passa para o lado mais jurídico. Há necessidade de redigir um texto fácil de ser entendido para colocar como matéria paga nos principais jornais do país, assinado por todas as entidades privadas. Diz que, se as entidades aceitarem, o SNEA participa da redação, que não poderia ter ofensas a ninguém, mas esclarecedor para que a opinião pública entenda o que está em discussão. O **Sr. Guilherme Paulus (Indicação do Presidente da República)** diz que sofreu na pele, quando tinha há dois anos atrás um fretamento de Manaus para Miami e, em virtude das dificuldades do visto e como se atenuou, foi obrigado a cancelar, com grandes prejuízos. Considera importante a moção do Ermakoff, destaca que o Ministério teria uma ação direta junto com o próprio Presidente, para conseguir a flexibilização o mais urgente possível. O **Sr. Eraldo Cruz (Presidente da ABIH)** ressalta que após à publicação dos jornalistas Helio Gaspari e Mauro Santaiana, escreveu um artigo e mandou para todos os veículos de imprensa sendo publicado no Diário de Comércio e Indústria em São Paulo, Jornal do Comércio no Rio, no Jornal da Comunidade em Brasília entregue em 110 mil residências no Lago Sul, Lago Norte, Área Octogonal, Cruzeiro e etc, formadores de opinião em Brasília citando inclusive, sobre o que vem fazendo o Ministro pelo o turismo no país. Concorda que deve ter o apoio e o pronunciamento de todos, pois foi um ataque de dois jornalistas importantes que interpretaram, de uma forma totalmente errada, e precisa de outros artigos de representantes do trade, falando igualmente sobre o assunto, para alcançar resultados. O **SR. Pedro Fortes (ABIH)** fala que em conversa no Congresso, os deputados são sensíveis, mas seguem também a opinião pública, e então precisa fazer um trabalho de convencimento. O documento que o SNEA propõe, realmente não deve sair do Ministério, mas das entidades do Conselho, sem a sua chancela. Sugere uma coordenação centralizando os trabalhos em alguma Secretaria do Conselho e pessoalmente se propõe, pelo menos da parte da ABIH, a colocar os pontos de convencimento. O **Secretário Milton Zuanazzi** destaca duas preliminares importantes na questão, que são técnicas, sobre a intenção política de viabilizar o que chegou até o Deputado Cadoca, com conteúdo de texto constitucionalmente errado, porque não se pode determinar por lei que não aceita mais o visto, que está liberado nos Estados Unidos da América, pois a lei não pode ser restritiva, mas genérica. O conceito que o Ministério trabalha com a Casa Civil não nomina os Estados Unidos nem qualquer país do mundo, mas abre um parágrafo na lei da reciprocidade, que é de soberania. Destaca que não é questão de mudar a lei, mas abrir um parágrafo para que o Presidente da República, por Decreto, possa determinar que o país A, B, C ou D, por interesse do turismo, pode abrir a questão da reciprocidade do visto. A segunda questão, é defender o interesse do Brasil e o país é quem ganha. O **Sr. João Moreira (Presidente da FBC&VB)** destaca que teve a oportunidade de acompanhar o evento, liderado pelo presidente Eraldo, e na realidade se entrar na disputa no Legislativo, corre o risco de chegar ainda no executivo e ter algum revés. O presidente Aldo Rebelo está querendo conduzir de uma outra maneira, quer conversar com o Sr. Ministro, com o Ministro de Relações Exteriores, o Ministro da Justiça porque já foi presidente da Comissão de Relações Exteriores e evoca o princípio da reciprocidade, que é de interesse público. Afirma que a partir disso quer costurar um entendimento prévio para que as coisas não fiquem somente no nível do Legislativo. Diz que saiu bastante esperançoso e considera que tem de trabalhar

nesse sentido e, aí sim, cabe passar as informações ao Conselho Nacional de Turismo para tomar uma posição com as entidades. O **Sr. Ministro** considera ótima a iniciativa de ir ao Presidente Aldo, exatamente por ser um homem que veio do PC do B, foi presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, foi líder do governo, foi Ministro e é presidente da Câmara, quer dizer, tem sensibilidade para entender que o problema não é ser mais ou menos nacionalista, mas de gerar emprego e renda sem fazer nenhuma concessão da soberania do Brasil. Acredita que o Conselho como entidade, deve se posicionar sim, sendo muito bem vindas a sugestão do Ermakoff que as entidades privadas se posicionem, porque da parte pública já fala em nome do Ministério, que é a favor. Ressalta que o próprio Presidente da República está sensibilizado com a questão e, como existem outros Ministros envolvidos no âmbito do governo, deve haver o entendimento, mas isso não basta quando de fato, precisa mudar a lei. O **Sr. João Moreira (Presidente da FBC&VB)** resalta as palavras do Sr. Ministro quando diz que o turismo é um negócio, e informa que leu no Jornal do Comércio que os empresários de turismo dos Estados Unidos estão reclamando pela demora na emissão dos vistos para turistas brasileiros que passam de 45 dias, ou seja, eles também têm problemas lá porque perceberam que pela regularidade deles, os brasileiros também não estão indo. Está na imprensa de hoje, inclusive uma ferramenta para a argumentação. Os empresários de turismo reclamam do governo pela demora na emissão dos vistos. Muito obrigado. O **Secretário Milton Zuanazzi** fala que se há convergência no encaminhamento, deve-se aproveitar a proposta, juntar duas ou três entidades para preparar um texto e dar unidade ao discurso. Ressalta que todos estão com a mesma intenção, mas nessa hora, textos não concretos, não orgânicos, podem às vezes atrapalhar em vez de ajudar, então o Conselho se manifesta favorável a isso com as entidades em uma luta mais para fora, com imprensa, com parlamentares. Sugere a criação de uma comissão com o Ermakoff no SNEA, se concordam a ABIH e quem sabe a BITO, preparam um texto, discutem e até o final da tarde na reunião colocam em aprovação. O **Sr. Ermakoff (Presidente do SNEA)** fala que exatamente essa comissão seria a sua proposta, e indo um pouco mais além, acha que todas as entidades de uma maneira ou de outra tem algum acesso com a imprensa. Por parte do Ministério poderia eleger uma pessoa para enviar os dados que possam esclarecer a opinião pública e para que o Conselho possa também passar para a imprensa. Diz que o trabalho não é só criar a comissão e falar com um ou outro deputado, mas é bem maior que isso, é de conhecimento. Enfatiza que cabe às entidades de uma maneira ou de outra informar através da imprensa e também dos seus associados, em uma campanha mesmo, para que tenha resultados. O **Secretário Milton Zuanazzi** diz que o Secretário Executivo Márcio Favilla é o contato oficial do Ministério e fica aceita a comissão com o SNEA, ABIH e BITO para preparar um texto comum com a assinatura das entidades. O **Sr. Ministro** pede para incluir o Pedro Fortes, porque é também autor do assunto. O **Sr. Eduardo Sanovicks (Presidente da Embratur)** faz a sua apresentação com quatro informes e dados do mês de janeiro sobre o ingresso de divisas, reafirmando na plenária do Conselho, embora já divulgado pelo o Sr. Ministro alguns dias atrás, o total de 402 milhões de dólares de ingresso na economia nacional, segundo registro do Banco Central, constituindo no novo recorde na história de ingresso mensais de divisas em dólares para turismo, sendo que em janeiro a conta ficou superavitária em 7 milhões. Em 2005, com certeza, os números ainda não foram consolidados pela Polícia Federal, mas com certeza novamente houve um volume maior de europeus do que em relação a latino-americanos entrando no país, repetindo o resultado de 2004, o primeiro ano na série histórica desde o fim dos anos 60 em que os europeus superaram os latino-americanos. Enfatiza que em 2005

isso se deve repetir com certeza. Como segunda informação, a título de comemoração conjunta comunica que recebeu a informação da direção da FIT em Buenos Aires, que “o grupo de nove juízes secretos que a Feira de Buenos Aires tem e anda pela feira inteira vendo atendimento, qualidade nos estandes, o material produzido, etc, decidiu esse ano dar o primeiro prêmio da Feira ao estande brasileiro”. O terceiro informe, que passa para a direção da ANAC, a partir de segunda-feira, é sobre o número de freqüências de Madrid aprovadas para o Brasil foi ampliada de 21 para 23, podendo ter como destino qualquer lugar do país, além disso, foram aprovadas mais 14 freqüências de Madrid exclusivamente para o Nordeste, com dois vôos diários novos que começam a ser exercitados nos próximos meses. Na data de hoje, agora à tarde, inclusive decidem, se aprovam, o processo já pactuado, com mais sete freqüências, vôos diários de Portugal para o Brasil, com quatro vôos para São Paulo e mais três para o Rio de Janeiro. Nesta data se abre o debate sobre mais dois vôos diários, 14 freqüências semanais de Londres para o Brasil, essas são as três novidades sobre o mercado europeu. O quarto e último informe, diz como todos sabem, no dia entre 1 e 2 de março, foram consolidados os dados sobre eventos internacionais que se adapta ao critério ICA, ou seja, aquele já conhecidos para a consolidação do ranking mundial apresentado publicamente na Feira Frankfurt na Aimenks em maio. Em 2002, o Brasil registrou 56 eventos com a vigésima primeira posição, o programa de pesquisa e captação entra no ar em 2003 que foi um pequeno reflexo com 62 eventos com o Brasil na décima nona posição. O salto se deu em 2004, no ranking de 04, registramos 106 eventos e o Brasil fechou na décima quarta posição. Informa com grande prazer, que no dia 2 de março seguiu para Amsterdã uma relação, aonde foi registrada a realização nesse país em 2005, de 147 eventos internacionais, um crescimento brutal em relação a 2004. Como isso é um mercado e que todos crescem, é difícil a diminuição, e imagina que os competidores também cresceram de alguma forma, mas avalia que é bastante possível talvez, subir uma ou duas posições no ranking mundial no anúncio de maio desse ano. Ressalta que é um dado estatístico de mercado, há quase três décadas a entrar no ciclo virtuoso em que a captação da renovação e a chegada de eventos internacionais, começa a ser muito mais barata do ponto de vista do investimento em captação, liberando portanto energia e recursos para a ampliação de volume de passageiros da qualidade do evento que se realiza aqui, portanto da geração de renda e com impacto positivo e muito mais forte junto aos agentes econômicos dos vários tipos que se interligam quando o evento ocorre, pré, pós-tur, etc. **O Sr. Ministro** aproveita as boas notícias do Eduardo Sanovicks, para acrescentar duas boas notícias e uma preocupação, sendo esse o melhor momento, quando o Milton toma posse na ANAC. Diz que em janeiro e fevereiro, os desembarques nacionais cresceram da ordem de 20%, e projeta já com segurança se as coisas acontecerem esse ano, equivalentes à 2005 e 2004, pode-se chegar a 53 milhões de desembarques. Ressalta 43 milhões e cem desembarques domésticos o ano passado, quando a meta era 44. Esse ano a meta é 54 milhões, e teria que crescer 10 milhões e 900, só que crescemos em janeiro e fevereiro. Ressalta que não tem metas para desembarques internacionais, que traz os estrangeiros e os brasileiros, mas ocorreu pela primeira vez no Ministério, uma queda no desembarque internacional agora consolidado em janeiro e fevereiro em relação aos mesmos meses do ano passado, com uma pequena queda, 0,83%, menos de 1%. Analisa os dados do DAC, são diferentes da INFRAERO, pois dá assentos por quilômetro ofertado e por quilômetro transportado. Diz que em dois dados, há uma pequena queda em janeiro e fevereiro deste ano, comparado com o ano passado, e não pode dizer que é porque menos estrangeiros estão vindo ao Brasil, ou o número de brasileiros que está viajando para o exterior diminuiu da

ordem de 1%, meio por cento. Chama a atenção e compartilha com os Conselheiros, porque o dado é público, está escrito que a Varig está em um processo de reestruturação e agora está colocando, digamos assim, a realidade para poder se recuperar. Nos meses de janeiro e fevereiro desse ano diminui 14,7% a capacidade de transportar passageiros do exterior para cá, ela deixou de transportar comparado ao ano passado, 510 mil passageiros em janeiro e fevereiro, o número do DAC, e pede ao Milton e ao Emarkoff, que depois dêem uma olhada nisso com mais cuidado, até para ver se pode-se fazer alguma coisa como Ministério, dentro do que é possível, para alguma atitude que possa ajudar isso. A Varig tem uma presença muito forte, tem mais de 80% das linhas internacionais, dentre as brasileiras, as estrangeiras representam mais de 60% da chegada, mas entre as brasileiras a Varig representa praticamente 80, ao mesmo tempo em que estamos sabendo que a companhia está se reorganizando para poder tocar o barco para frente, o que é uma ótima notícia. “Fica esta preocupação, quero compartilhar, porque sempre estamos dando notícias boas, mas na hora que aparece um número levemente negativo, temos que analisar também, até com mais atenção para ver o que isso pode acontecer para frente”. O fato do ingresso em divisas estar aumentando substancialmente em relação ao ano passado, é um bom sintoma, mas é muito melhor sintoma também se tiver aumentando as divisas e aumentando também os desembarques, nem todos os turistas chegam aqui por avião, mas a maioria chega e vem de outro continente, então tem que atravessar os oceanos, de maneira que é importante olhar isso, até para que na nova gestão da ANAC, tenhamos um conjunto de informações para que dê melhores condições de desenvolvimentos para as companhias aéreas brasileiras se desenvolverem. Diz da importância de compartilhar com todos essa questão e não deixar de informar o dado, que não é confidencial, não está público, mas é do DAC e que muitos sabem. O **Sr. Alexandre Zubaran (Presidente da ABR)** em relação à observação do Eduardo Sanovicks, indaga quando diz que aumentaram 14 ou 7 freqüências, se eram lacunas nas freqüências já existentes ou se é uma mudança na lei de reciprocidade. O **Sr. Eduardo Sanovicks (Presidente da Embratur)** responde que não tem mudança na lei e nem lacuna, considera a pergunta ótima, pois trabalham nos três anos no sentido de ampliar o limite do inimaginável à demanda, ou seja, colocar gente na porta do avião e na porta da operadora e hoje “vivem o mais delicioso dos problemas, os aviões estão cheios, está certo, com algumas coisas complicadas como por exemplo, alguns segmentos de operação interna que estão com problemas em por o pessoal para viajar porque está vindo muita gente e tal. Diz que só tem uma solução, tem que ter mais assento ofertado”. O **Sr. Ministro** informa que foram aprovados mais 7 vôos que o Eduardo se referiu, três deles do Porto para São Paulo, são todos da TAP, 3 do Porto para Lisboa, 3 do Porto para o Rio de Janeiro, completando com isso 47 vôos semanais para o Brasil. O **Sr. Alexandre Zubaran (Presidente da ABR)** chama atenção sobre uma observação que está na última Ata, especificamente sobre o tema, e faz uma observação, que as ampliações deveriam ser focadas nos aeroportos de interesse estratégicos. O **Sr. Eduardo Sanovicks (Presidente da Embratur)** destaca que a novidade nas novas permissões de tráfego aéreo é exatamente o fato de companhias que durante muitos anos tiveram suas *charteiras* fazendo vôo, e vôo charter tem três décadas, não é novidade para ninguém. Durante muitos anos tiveram suas *charteiras*, agora passaram a fazer vôo regular exatamente para destinos que não são apenas Rio e São Paulo, essa é a novidade. O **Secretário Milton Zuanazzi** faz um breve relato da ação da Secretaria, com um certo caráter de despedida. Fala sobre a montagem do Plano Nacional, em processo de revisão, com um princípio de desenvolver, qualificar e promover e que competiu a Secretaria Nacional de Política o aspecto de

desenvolvimento e depois do meio do caminho também a promoção interna do Brasil para os brasileiros. A Secretaria de Programas com a Maria Luisa, ficou mais com a área do qualificar em todos os sentidos e o Eduardo Sanovicks ficou com o promover, ou seja a promoção internacional, apoio à comercialização, ao marketing. A Secretaria Nacional de Políticas ficou com a promoção interna, e a tarefa de ampliar e diversificar a oferta. Ressalta o Programa de Regionalização que redundou no Salão de Turismo de 2005 e agora a edição 2006. Enfatiza que a segunda grande tarefa é ocupar a oferta existente mesmo com grandes sazonalidades. Diz que a pesquisa da FIPE anunciou uma oscilação entre baixas e altas temporadas muito grandes e que isso precisa ser enfrentado com políticas públicas. Destaca o Conselho Nacional, o Fórum Nacional dos Secretários e o MTUR, como coordenação estratégica do Plano, os Fóruns Estaduais, as Câmaras Temáticas que o Conselho organizou e as cinco metas em revisão. Além disso, tem a estrutura mais ou menos nova com os Fóruns Macro-regionais, em criação nas regiões brasileiras para consolidar processos que dão identidades Sul, Sudeste, Centro Oeste, Norte e a CTI Nordeste já conhecida de todos. Após esta estrutura macro-regional, tem os estados e os municípios onde também serão criados os Fóruns Regionais e micro-regionais de organização do produto turístico em uma idéia um tanto nova na construção do turismo brasileiro, de tentar dar um aspecto de roteirização de *cluster* para as regiões. Chama a atenção da rede que constitui o mapa turístico brasileiro com 241 regiões, uma mostra da dimensão da mobilização feita no Brasil em favor do turismo. Em 2004, foram analisados 116 dos 219 roteiros no Plano Cores apresentados na ABAV sendo estabelecido que chegariam a 134 regiões, 451 roteiros, 959 municípios. Enfatiza que a maioria dos roteiros do Brasil tem ainda uma estrutura precária, para que se constituam em um produto de qualidade de padrão internacional. Sob o comando do Ministro Walfrido, procura-se sair desse ambiente mais precário para um ambiente de padrão internacional de consumo e, juntamente com os estados foi estabelecido quais seriam esses roteiros. Os estados estão trabalhando intensamente para levar ao Salão e portanto, às operadoras, os agentes de viagem os produtos acabados. Enfatiza que existem tarefas que o Ministério vai pedir para a ABIH, outras para ABRACAMPING, para as linhas de fomento e de crédito, área de qualificação e certificação de destinos. Chama a atenção sobre o ambiente da regionalização, um programa que estrutura o desenvolvimento, com um sistema de informações que tem um gerenciamento, se comunica com todos os sistemas. Ressalta a rede montada, com o Sistema de Informações e o Sistema de Monitoria e Avaliação com o SIGTUR já apresentado no Conselho. Destaca ainda o inventariamento a começar de forma efetiva e forte a partir desse ano. Informa que a segunda edição do Salão tem uma novidade com o Balcão de Comercialização, onde as pessoas vão poder visitar o produto turístico, a produção associada do turismo, artesanato, os aspectos do movimento da cultura e no final, podem comprar porque vão estar à venda. Informa que serão colocados como linha de frente do Balcão de Comercialização o “Vai Brasil” um grande programa para oferta já existente e que não vai concorrer com as operadoras, sejam grandes ou pequenas, nem com as agências e empresas aéreas. O Programa é para trabalhar o que ninguém está conseguindo vender e não tem a finalidade de concorrer com a cadeia produtiva existente. Cita os parceiros como a BRAZTOA e a ABAV que fazem parte do Comitê Gestor, além das companhias aéreas. O **Sr. João Martins (Presidente da ABAV)** sugere ao Sr. Secretário que a mídia que vai começar em junho e logo depois o Salão do Turismo, ver a possibilidade de se prorrogar até outubro, que tem o evento da ABAV, onde pode ocorrer uma visibilidade muito maior ao Vai Brasil. O **Secretário Milton Zuanazzi** fala que contam que o orçamento aprove e também as

emendas que o Ministro anunciou, se aprovadas pode-se buscar os recursos para uma grande e constante mídia. Nossa plano de 20 milhões, é a princípio fazer em duas etapas, faz o início em junho e depois repica para setembro, e pega dois momentos importantes da baixa temporada. Considera a idéia do João Martins ótima, porque “na verdade é preciso pensar isso por todo e sempre, não parar esse processo, porque sempre em algum lugar do Brasil estamos em baixa, sempre”. O carnaval está cheio de baixa temporada no Brasil, pode ser Brasília, pode ser São Paulo, enfim, no ano novo, o reveillon tem baixa no Brasil, cheio de baixas temporadas no Brasil em pleno reveillon. Então pode ser a grande oportunidade que vamos estar dando aos brasileiros de poder conhecer o Brasil como um todo, basta eu não gostar de carnaval, para não querer ir para lugar que tenha carnaval e festa e aí vocês podem estar ofertando para este cidadão a oportunidade de conhecer de repente Brasília no carnaval, não há problema nenhuma, pelo contrário, pode ser uma grande idéia. O **Sr. Ministro** fala sobre a sugestão do Sr. João Martins, que já havia avaliado, porque sustentar uma mídia do tamanho que precisa ser, durante três meses, o único jeito seria por utilidade pública e para tanto, precisa uma autorização especial e as empresas têm que entender isso, porque não pode ter assinatura do governo. A única razão porque investem todo conhecimento do Ministério há mais de um ano e meio, é porque talvez seja a ação mais eficaz para gerar um número enorme de emprego com baixíssimo investimento, pois já existem os investimentos físicos. Ressalta que a campanha, é para promover os destinos, incentivar o brasileiro a viajar para gerar emprego nas instalações existentes. Considera que a sugestão do João Martins vem de encontro a tudo que o Ministério está pensando que já trabalha na hipótese de estender o máximo possível. O **Secretário Milton Zuanazzi** lembra que o Vai Brasil segue na linha da cadeia produtiva do turismo, os operadores montam os pacotes, os agentes de viagem vendem. Volta a dizer que o programa é muito bom, e se começar com concorrência dentro do próprio setor, pode ser o seu fim. O **Sr. Marcelo Sáfadi (Presidente do FORNATUR)** observa neste projeto uma organização de baixo para cima, “entendemos que nós aqui em cima já estamos organizados, é fundamental que as entidades que tenham possibilidade de ampliar a representação fora das capitais, os façam neste momento”. Para uma ação nos 81 produtos que vão possibilitar ampliar a oferta e consequentemente ampliar o fluxo, e sente ainda que as entidades nacionais deveriam ter permeabilidade em todo país. Neste momento é muito importante que os empresários entrem no roteiro turístico. Cita por exemplo, que na folhetaria, não das entidades, mas dos empresários, deve constar os nomes do roteiro, porque fortalece a idéia do marketing. Considera importante que todos entendam a importância de estruturar o Conselho Municipal, pois este é que organiza os roteiros, e esses organizam as micro-regiões. Por sua vez as micro-regiões organizam os Fóruns Estaduais, que organizam a Macro-região. Ressalta que este sistema hierárquico é fundamental para dar vazão a esse projeto, e então entender que a construção desses roteiros é também parte da estruturação institucional. Comenta que ainda sente falta das entidades privadas participando institucionalmente do projeto e, “como vamos ter, a partir do dia 10 de abril uma ação entre os governos estaduais, financiados pelo Ministério do Turismo, chamado Brasil Brasil, que é organizar os 81 roteiros, então é mais pedindo que todos, através das entidades, convoquem os empresários nos estados a participar da melhoria e consolidação dos 81 roteiros”. Agradece. O **Sr. Apostole Lazaro (Presidente da ABETAR)** deixa claro que não estão fora do programa, apenas não apresentaram os dados, por uma questão que dificulta por serem várias empresas, que o processo de explicação de uma e outra, infelizmente demanda um pouco. O **Sr. Ministro** diz que espera que a contribuição da ABETAR faça os assentos

ultrapassarem 500 mil, os 114 mil que estão falando e “aí vamos ao encontro da meta como disse o prezado presidente da ABAV”. O **Sr. João Luiz Moreira (Presidente da FBC&VB)** considera sobre o relato do Secretário Executivo Márcio Favilla de que as entidades privadas trabalhem com o domínio Ponto Travel. Diz que a Federação brasileira *Convention Visitors Bureau* procedeu isso no mês de janeiro, inclusive estão competindo com o cidadão do *Brooklin* e pediram a inscrição do Copacabana Ponto Travel. Ressalta que selecionaram alguns em função dos interesses dos *Conventions Bureau*, não foi um amplo debate, mas estão com Gramado, Corcovado, Fernando de Noronha, Copacabana, Ipanema, Rio Bonito, Pantanal, Campos do Jordão, todas as capitais e algumas cidades importantes. Passa a informação ao Secretário e em seguida entrega o registro que fazem com a *Cia Trainslion Corporation* e com a organização da ICA que está administrando. O **Sr. Moacyr Roberto (Presidente da CONTRATUH)** diz que ficou atento aos dados e acha que as metas colocadas pelo Ministério do Turismo estão bem encaminhadas, com probabilidade de atingir seus objetivos. Revela preocupação com a explanação do Secretário, onde não viu nada na questão do 1 milhão e 200 mil empregos que hoje o turismo atingiria. Imagina que deve ter alguns empregos acumulados e também que o levantamento não seja tão difícil de apresentar, inclusive nos *links* apreciados na explanação do Secretário, até porque se verifica através do CAGED do Ministério do Trabalho, que tem essa possibilidade. Quanto ao programa Vai Brasil, solicita o encaminhamento da inclusão da CONTRATUH no Comitê Gestor justificando que um dos segmentos que vai ser envolvido no processo será o trabalhador. Além do mais, mostra preocupação quanto a operação com o cartão de crédito, uma vez que tem o maior juros cobrado no Brasil. O **Sr. Alexandre Zubaran (Presidente da ABR)** reforça a estratégia de comercialização desse evento, acha que deveria ser de importância igual à exposição institucional, quer dizer, a divulgação dos roteiros. Considera que a equipe do Eduardo Sanovicks pode trazer alguns exemplos da Europa quanto as Feiras de varejo. Considera importante fazer um chamamento aos Bancos que estão presentes e para os cartões de crédito e, fazer um Salão vendedor, mas não com restrições de ter que ser o produto Vai Brasil, mas fazer uma grande praça do turismo. Diz ser importante chamar a população não para assistir ou participar de uma Feira onde vai conhecer roteiros, mas para comprar turismo, programar as férias. Sugere fazer um chamamento agressivo e chamar São Paulo para entender que a Feira pode ser para a cidade um evento alavancador de bons negócios. Propõe enfatizar o tema da comercialização como se fosse uma praça da alimentação onde a população pudesse se fartar de comprar turismo naquele momento. O **Sr. Alain Baldacci (Presidente da ADIBRA)** manifesta que os Parques Temáticos já estão engajados no Vai Brasil, com total apoio na iniciativa. Outro aspecto é sobre de desoneração dos custos do turismo, onde os Parques sempre foram pioneiros em requisitar a história do bem do capital, que é substancial. Indaga sobre o trabalho da consultoria, coordenado para hotelaria, se tem aplicação aos Parques, ou se há necessidade de fazer um outro específico. A **Secretária Maria Luisa Leal** ressalta que os equipamentos dos Parques Temáticos são indiscutivelmente bens de capital, não precisa convencer ninguém. Diz que a outra parte da desoneração é a mesma, a sua equipe está simplesmente acompanhando com o Ministério do Desenvolvimento, e que ainda não receberam da entidade os folders e todo detalhamento das máquinas que estão pedindo, pois na medida que se tem o ex tarifário de bens de capital. O **Sr. Roland de Bonadona (Presidente do FOHB)** revela que dentro dos passos importantes que foram dados pela Secretaria, foi colocada a questão do cadastramento que hoje existe e a questão do entendimento que é promover entre a ABIH, a Federação dos

Hotéis. Diz que depois do decreto era absolutamente subordinada e condicionada pelo andamento do projeto de lei dentro do prazo do cadastramento provisório, ou seja, 18 meses, a partir do mês de março do ano passado que dá até o mês de outubro e que não tem muitas notícias e quer saber como está esse assunto agora. Indaga quais seriam os caminhos alternativos da parte do Ministério para que haja o projeto de lei, como era previsto inicialmente. O **Sr. João Martins (Presidente da ABAV)** fala com relação aos roteiros turísticos, que os transportadores turísticos querem reafirmar que estão preparados para atender a demanda em praticamente em todos os pontos do Brasil. Solicita uma reunião específica e coloca-se à disposição afirmando que já definiram as empresas em cada região. O **Secretário Milton Zuanazzi** sugere que converse com a Paula e a Isa do Comitê Gestor do programa. O **Sr. Ministro** pede para responder a ansiedade do Moacyr (Presidente da CONTRATUH) a respeito dos empregos. Enfatiza que no mês de janeiro de 2006, o CAGED publicou que foram gerados 66 mil empregos diretos no Brasil, 40 mil na área de serviços, sendo 21 mil na área do turismo, e nesses 12 mil na área de bares e restaurantes. Informa que no ano passado foram gerados 107 mil empregos diretos no turismo, baseado no CAGED do Ministério do Trabalho, o que significa 317 mil postos de trabalho. Diz que para cada emprego formal que o CAGED capta, vem nome, endereço, telefone, CPF, salário, vem tudo, e que ainda não tem um sistema de captação de empregos informais, só no PNAD. Comunica que depois estará pedindo ao IBGE, que o PNAD faça uma pergunta específica sobre turismo, e assegura que cumprirá a meta até 2007, inclusive. Ressalta que esse ano vão ser gerados 330 mil empregos no turismo, gerando até agora mais de 500 mil, o que pode chegar a 1 milhão e 200 mil até 31 de dezembro de 2007, é o setor que tem a estatística menos clara e desagregada. Revela que os investimentos que estão sendo feitos no Brasil pelos os governos, empresários, entidades privadas e não privadas, não particulares nacionais e internacionais, para gerar esses empregos justifica a meta de 1 milhão e 200. Considera as estimativas muitos favoráveis e ressalta que não comemora resultados antecipados do Vai Brasil, apenas comunica com satisfação à adesão dos setores que já manifestaram por escrito. Diz “quem vai comemorar o resultado é o turista que não pode viajar porque não tem dinheiro, é o que ele declara na pesquisa” e o Moacyr vai desculpar, mas não precisa da CONTRATUH para defender o interesse do trabalhador, que está sendo defendido por todos, inclusive a CONTRATUH, porque o trabalhador só vai viajar, se o preço for baixo”. Se o cartão de crédito quiser cobrar o preço alto e desmotivar, vai prejudicar todos, porque são 61,5% dos brasileiros que ganham mais de um salário mínimo e moram na zona urbana, nunca realizaram uma viagem doméstica, segundo a pesquisa da FIPE. Apenas 38,5% dos brasileiros que ganham mais de um salário mínimo e moram na zona urbana do Brasil, portanto fala de 150 milhões de pessoas que viajam dentro do próprio Estado e a maioria vai para a casa de família. A pesquisa mostra que o Vai Brasil é a mais importante coisa que temos que fazer para quase dois terços da população brasileira para pegar um ônibus ou um avião e viajar. Enfatiza que se no meio da cadeia produtiva, alguém quiser ganhar dinheiro contra todos os outros, será retirado e reafirma “agora nesse momento que a coisa está andando, é absolutamente inoportuna a entrada da CONTRATUH, porque a equipe já trabalha nisso há quatro meses profissionalmente”. Ressalta que a ABAV é a entidade que vende os pacotes e que 61% das pessoas que viajam, compram pelas Agências de Viagem, então a pesquisa está confirmado todas as decisões tomadas. Realça que o Ministério tem um grupo dedicado integralmente ao programa para que tenha sucesso, e quem vai viajar não é só o trabalhador, mas também o aposentado, o dono da empresa, o funcionário, o estudante, o programa é para todos. Considera bem vinda

a atenção e o apoio da área dos trabalhadores no turismo, mas diz ser desnecessária a preocupação. Diz que o negócio do Vai Brasil, não é oportunidade para esperto ganhar dinheiro, mas para todo o setor ganhar, e “o objetivo é um só, gerar emprego, se não fosse isso, não estaria perdendo nenhum minuto do tempo. A razão da existência do Ministério do Turismo é gerar emprego e renda, como consequência divisas”. Deixa claro que sob a sua responsabilidade como Ministro está assinando e que as preocupações da CONTRATUH estão todas contempladas. O **Secretário Milton Zuanazzi** destaca uma questão relevante que tem que ser colocada sobre o CAGED que conseguiu agora os números, porque houve o cadastro no Ministério do Turismo. Comunica que o Ministério do Trabalho vai encaminhar, dados dos últimos 13 anos com a evolução do emprego formal do setor do turismo a partir do CNPJ das empresas, que permitem fazer análise do crescimento do emprego. Responde ao Bonadona que o Projeto da Lei Geral já está na Casa Civil e teria que fazer estudos em outras áreas do governo com interfaces, e depois chama o Ministro Walfrido e apresenta se há ou não modificações substantivas em relação ao texto. Comunica que já houve uma revisão final para ver qual o artigo que pode ter problema de constitucionalidade, como medida de precaução. Finalmente, ressalta que já havia combinado com o Ministro de que no momento faria a sua despedida. O **Sr. Ministro** assume a palavra, diz que o Milton Zuanazzi inclusive não vai poder ficar no Conselho na parte da tarde sendo a sua última participação como Secretário, como já informou, e convida a todos para estarem, na segunda-feira no Palácio do Planalto e à noite, no Centro de Tradições Gaúchas, para comemorar festivamente a sua posse na ANAC e, a posse do Airton Pereira como Secretário Nacional de Políticas de Turismo. Pede ao Milton Zuanazzi para fazer uma despedida. Antes diz para todos os companheiros do Conselho Nacional de Turismo, sobre a honra de conviver com uma pessoa extremamente brilhante, inteligente, preparada, sensível, competente, dedicada, com espírito público, capaz de formar uma equipe, de incentivar e motivar uma equipe, e aí está o trabalho da Tânia Brizolla, da Anya Ribeiro, da Nair Xavier, agora do Robson Napier, do Pedro Wendler, dos assessores que brindaram e agora contam com o Airton Pereira, que começou na confecção do Plano Nacional do Turismo, de forma democrática articulando no começo de 2003, quando o Ministério não tinha nem espaço para ficar, com a contribuição de todos. Ressalta a dedicação que o Milton Zuanazzi gerenciou com a equipe montada por ele mesmo e diz “tanta confiança que tive no primeiro olhar, vi que estava escolhendo uma pessoa de bem, indicado pelo seu mérito”. Enfatiza que se tornou amigo do Milton, “uma coisa muito bonita, uma convivência profissional, transformar em amizade. Tenho a honra de ser amigo do Milton”. Ressalta que não foi surpresa quando o Milton Zuanazzi foi indicado para Presidente da ANAC. “Ganhamos, ganhamos todos nós, o Ministério não perde com a saída do Milton, que deixa uma árvore plantada com uma equipe altamente qualificada, com trabalhos notáveis. “Então Milton de minha parte, falando em nome do Favilla, da Maria Luisa, do Eduardo Sanovicz, todos os funcionários do Ministério, a EMBRATUR e sabendo como a sua equipe lhe vê, lhe prestigia, dá amizade e sente honrada de ser dirigida por você, quero dizer que ficamos assim muito agradecidos, muito felizes de ter essa oportunidade durante 38 meses e 16 dias, de conviver com você diuturnamente, desejar total e pleno sucesso a você na Agencia Nacional de Aviação Civil. Tenho certeza que a sua entrada lá, vai fazer parte desta história do turismo brasileiro, tamanho desenvolvimento que esse setor vai ter. Só tenho alegrias neste momento, desejando a você toda a felicidade possível na ANAC, contribuindo através do Ministério para o seu sucesso e convidando você em nome dos membros do Conselho, para que seja um dos Conselheiros aqui representando a ANAC, felicidades e tudo de bom”. Aplausos. O **Secretário Milton**

Zuanazzi pede ao Ministro Walfrido, ao Secretário Favilla, aos colegas Eduardo e Maria Luisa e aos parceiros, desde a primeiríssima hora que dêem todo apoio que teve e recebeu, de ambos os lados, ao companheiro Airton Pereira que vai substituí-lo pois é um cara merecedor de tudo isto. Aplausos. Em seguida passa a palavra para a **Sra. Simone Saccoman (Presidente da ABEOC)** que faz o encerramento dos trabalhos da manhã. Diz que é uma satisfação para ABEOC e convida para um almoço no lobby do InterContinental. Agradece. O **Secretário Executivo Marcio Favilla** retoma os trabalhos na parte da tarde com a ordem do dia, destaca uma pequena inversão de pauta e convida o Conselheiro do Ministério da Integração Nacional que é Secretário de Programas Regionais para apresentar o tema Câmaras de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional. O **Secretário Carlos Augusto Gadelha (Ministério da Integração Nacional)** repassa uma mensagem ao Ministro, em nome do Ministro Ciro Gomes, que realmente vê com muita admiração o trabalho do Ministro Walfrido dos Mares Guia à frente do Conselho e do próprio Ministério do Turismo, não só pelo dado do orçamento apresentado, mas por toda a revitalização da área do turismo. Também destaca a forte cooperação entre o Ministério da Integração e o Ministério do Turismo, especialmente na pessoa da Secretária Maria Luisa na Secretaria de Programas, coordenando Secretarias análogas em diversos trabalhos realizados pela equipe técnica. Apresenta uma ação completamente inédita do Governo Federal, que articula 23 Ministérios para o desenvolvimento nacional e o Ministério do Turismo tem sido um grande parceiro em diversas ações regionais. Apresenta o trabalho realizado em 2005 e destaca as ações do turismo ligadas ao desenvolvimento regional na ação. Chama a atenção que o desenvolvimento regional constitui um dos cinco grandes objetivos, nos cinco mega objetivos do Governo Lula e a questão regional, é vista não apenas como um problema, mas também como oportunidades de abrir novas frentes de desenvolvimento, visto como uma vertente da política de desenvolvimento nacional. Destaca no bojo dessa política, primeiro a dimensão nacional, onde o desenvolvimento regional não se restringe mais à problemática pelas macro-regiões brasileiras. Enfatiza que o desenvolvimento regional só pode ser obtido mediante uma política integrada de governo, portanto tem que falar de saúde, educação, cultura, saneamento, turismo, desenvolvimento econômico, infra-estrutura, etc. Diz que os programas regionais estão estruturados segundo duas grandes vertentes, uma primeira é o fortalecimento da base social local e a segunda, o fortalecimento da dinamização econômica. Para as regiões prioritárias, o governo chega com o conjunto de políticas sociais que fortalece a base social local e o conjunto de medidas voltadas para arranjos produtivos, setor de atividade, cadeias produtivas voltadas para a dinamização econômica. Então a idéia é que, fugindo daquele dilema de políticas compensatórias versus política de desenvolvimento, se trabalhe numa perspectiva que chega política social junto com política de estruturação econômica. Diz que são regiões que o Bolsa Família atua de forma importante, mas sabe-se que o programa em si, isoladamente não oferece a porta de saída para o desenvolvimento, então o Governo Federal tem chegado com uma agenda importante de desenvolvimento regional e de dinamização econômica. O grande desafio e daí a importância da presença do setor empresarial da área do turismo, é como fazer uma grande convergência do Governo Federal, dos governos estaduais e municipais, sociedade civil organizada, setor produtivo para o desenvolvimento regional. Apresenta as 10 Meso Regiões objeto de intervenção do Ministério da Integração onde trabalham com arranjos produtivos onde várias ações estão em consonância com o desenvolvimento do turismo. Agradece a oportunidade em apresentar a iniciativa do Ministério dentro de uma experiência coletiva. O **Secretário Executivo Marcio**

Favilla agradece ao Secretário Carlos Gadelha aproveita e parabeniza pelo brilhante trabalho de articulação que desenvolve no Ministério da Integração Nacional com 23 Ministérios e Secretarias Especiais da Presidência, que considera ser o reclamo da sociedade brasileira. Fala que o Ministério do Turismo trabalha nessa articulação e, no âmbito da Organização Mundial de Turismo, a questão da erradicação da pobreza e eliminação da fome, vem sendo discutida, havendo inclusive gerado uma iniciativa chamada STEP, uma sigla inglesa para erradicação da pobreza e desenvolvimento sustentável consideradas as primeiras metas do milênio, e que o turismo tem um grande potencial e um papel a desenvolver nesse sentido. Ressalta que dentre as mesorregiões trabalhadas a maior parte tem ações integradas com o turismo. Revela-se feliz de estar participando do trabalho coordenado e articulado pelo Ministério da Integração Nacional. Na sequência o **Sr. Eraldo Cruz (Presidente da ABIH)** entrega ao Sr. Ministro, ao Secretário Márcio Favilla e demais representantes do Ministério, um trabalho importante para que a análise junto ao SEBRAE possa motivá-los a fazer no Brasil inteiro. Ressalta que o SEBRAE DF fez um trabalho abrangente sobre o perfil do setor hoteleiro. Entrega ao Sr. Ministro para que ter conhecimento e replicar em cada estado, sem custo nenhum para o Ministério. Após a entrega volta à questão do Palácio do Turismo, lembrando que entregaram uma carta ao Ministro em 2004 e na oportunidade, colocaram a possibilidade de fazer gestões junto ao Governador Roriz, quanto a doação do terreno, o que é viável porque a União é acionista da TERRACAP. Ressalta que continuam achando que o Palácio do Turismo é muito importante, porque além de poder abrigar parte do Ministério e da EMBRATUR, poderiam ter todas as entidades. Outro assunto é sobre uma carta do Diretor da Editora Abril, do Caco de Paula, porque no Conotel em São Paulo, o Ministro falou do interesse em financiar a continuidade do primeiro senso da hotelaria. Lembra que estão em vias de manter o senso da hotelaria atualizada. Por último informa que já transmitiu a todos os colegas a nova formatação do Congresso nacional da ABIH, no Centro Universitário do SENAC, totalmente voltado à capacitação profissional e participam a ABAV, FOBH, Federação Nacional de Hotéis, BRAZTOA, ABRASEL, ABLA, Confederação Nacional do Comércio, SESC, SENAC, SEBRAE e obviamente o Ministério, o grande patrocinador. Pede para exibir em vídeo o assunto do combate ao turismo sexual, através da experiência de Belém/PA. Diz que a campanha se estende ao Maranhão, Ceará. O **Secretário Executivo Marcio Favilla** congratula-se com a iniciativa da ABIH e diz a todos Conselheiros, o quanto a mobilização no país das entidades, estados, municípios, organizações não-governamentais tem o reconhecimento crescente em âmbito internacional. Considera o problema uma chaga e na administração anterior começou a ser tratada e com o tempo conseguem ampliar a mobilização e trabalhar cada vez mais com profundidade. O **Sr. Ministro** esclarece a pesquisa da FIPE sobre meios de hospedagem, estrutura de consumo e impacto na economia, também com extraordinária abrangência sobre a hotelaria no Brasil inteiro. Pede uma reunião em Brasília com a presença da FIPE, para que apresentem a pesquisa envolvendo um conjunto de 68 itens. Ressalta que deseja contribuir com o censo, porque considera o trabalho da Quatro Rodas extraordinário, e quer ajudar sim. Comunica inclusive ao Conselho que o Zé Francisco agora está na estrutura real do Ministério. Informa que percebeu na BTL em Lisboa e na FITUR em Madrid, onde teve a oportunidade de conversar pessoalmente com mais de 12 proprietários, presidentes e donos de organizações gigantescas de turismo e o Secretário de Turismo de Portugal, o Bernardo Trindade, que há uma determinação desse pessoal investir no Brasil, muito mais do que já estão fazendo. Considera a oportunidade da hotelaria brasileira tomar conhecimento disso muito boa e na medida que os empresários venham ao Brasil, entrar em contato para examinar a

possibilidade de parceria para crescer. Revela que sente pela primeira vez, por todas as viagens que já fez ao exterior, não um desejo, mas uma decisão já tomada, com valores que são relevantes, só desse grupo de investidores. Aproveita o ensejo, e informa que o BNDS está terminando os estudos que a Secretaria Maria Luisa está subsidiando com informações, para ter uma linha a ser apresentada, mas pelo que sabe haveria ainda um prazo de 60 dias para ter um posicionamento do Banco. O Sr. Paulo Solmucci (Presidente da ABRASEL) revela que fica muito feliz ao ver o Ministro dizer com todas as letras que a maior meta é a geração de emprego, renda e, mais feliz ainda, quando anuncia que 60% dos empregos que o turismo gerou em janeiro se deram em bares e restaurantes. Considera a oportunidade de estar falando com os Conselheiros muito importante porque esse setor, embora gere 53% dos empregos do turismo, ainda é pouco. Faz um contexto do setor nesse apresentando dados e revelando uma estrutura semelhante aos Estados Unidos em 1955, onde de 25% de todo gasto com alimentação do americano se dava fora do lar, o PIB e a participação do setor era de 2,65% do PIB americano. Ressalta que 9 em cada 10 pessoas começam como horistas, é um setor que mais emprega minorias como negros, pardos, mulheres, afro-descendentes. Diz que é um dado que o Brasil precisa observar, pois a média de emprego é 25 horas por semana. No Brasil a realidade é o dólar full de 26%, ou seja, tudo que o brasileiro gasta com alimentação, 26% já é fora de casa e já participamos com 2,4% do PIB brasileiro. Destaca que a legislação brasileira não permite uso de horistas e comenta que temos excesso de demandas e não conseguimos contratar nos horários de pico porque a legislação dificulta. Entende que o Brasil precisa planejar com longo prazo nesse setor. Todas as evoluções que o setor passou, foram unicamente promovidas por demandas de consumidores e por esforço do empreendedor, nunca houve política pública de longo prazo, e o setor ocupa 2,4% do PIB e vai absorver 40% dos gastos de alimentação. Apresenta o trabalho que realiza com o Ministério, o SEBRAE tentando influir e trabalhar todas as dimensões e desafios apresentados através do programa Qualidade na Mesa. Destaca a valorização da gastronomia, a responsabilidade social e obviamente o fortalecimento do setor como fundamental para vencer os desafios. O Sr. Alain Baldacci (Presidente da ADIBRA) destaca que o trabalho a ser apresentado é da mais alta relevância para o turismo brasileiro e que isso ficou realmente consignado com os números que o Sr. Ministro apresentou do relatório da FIPE, ou seja, foi bastante contundente a conclusão de que o turismo regional no Brasil é extremamente importante, onde mais de 60% das viagens ocorrem dentro das próprias regiões. Então com base nisso, o Ministério realizou o trabalho das Agências de Desenvolvimento do Turismo das Macro regiões do Brasil. Pede o engajamento das entidades no processo. Informa que as Agências representam a sociedade civil, é sem fins lucrativos, com competência consultiva, deliberativa e executiva, portanto, não é órgão governamental estrito senso. Participam entidades públicas e privadas, diferente dos modelos das décadas anteriores no turismo brasileiro. É a iniciativa privada de mãos dadas com o poder público e por isso faz a apresentação. Participam ainda, as entidades do Conselho Nacional do Turismo com representação nos estados que formam cada macro região, na finalidade de promover o desenvolvimento integrado do turismo. Considera importante que, as ações do Ministério iniciadas há três anos, estão desembocando na coerência de atitudes, onde um processo ajuda o outro. Na revisão do Plano Nacional de Turismo para 10 / 15 anos, precisa da base das pesquisas realizadas pela FIPE, FGV para que as Agências, criadas no momento correto, possam fazer um trabalho eficiente. Apresenta o mapeamento das cinco regiões geográficas do Brasil, onde o Nordeste optou por continuar com a CTI, única região que não adotou o sistema de Agência público / privada. Enfatiza que os

empresários recomendam e os colegas de Conselho endossam, que é muito salutar o processo da Agência, onde a iniciativa privada participa ativamente. Sugere que isso possa ser feito, em momento adequado, também no Nordeste. Informa que a gestão é em nível de estado, integrando a região, no espelho da estrutura de gestão dos Conselhos e Fóruns, com a participação público privada. Diz que as Agências estão sendo implantadas em um amplo processo sistêmico, com planejamento, cronograma, roteiro e com as ações implementadas de forma organizada, participativa, compartilhada e democrática. As Agências esperam ter recursos advindos da manutenção dos colaboradores institucionais, por projetos e ações patrimoniais, dos serviços relevantes de pessoas físicas e jurídicas beneméritas. Espera que, tanto o orçamento dos estados, como do Ministério do Turismo ajude nas ações. Diz que o trabalho demandou tempo e esforço de cada participante, e ressalta que a parceria com a Federação Brasileira de *Convention Bureau* facilitou e possibilitou o processo, bem como a equipe do Ministério do Turismo. Considera como mais importante a visão de futuro, a interconexão com outras macro-regiões e outros países, através de atividades organizadas, mais produtivas, de relacionamento entre regiões. **O Sr. Ministro** reporta-se ao Alain Baldacci, enfatiza a visão de futuro, conforme apresentação do *Jean Claude Baumgarten*, que o Brasil vai ser o 16º país em desenvolvimento do turismo em 2016, hoje é o vigésimo nono ou trigésimo, dependendo da classificação e, não conhecia esses dados. Informa que o Airton Pereira, substituindo o Milton Zuanazzi, estará preparando uma reunião especial em abril, para cumprir o cronograma sobre a visão do Conselho para o turismo 2010 a 2015. Sugere que seja aproveitado o quadro apresentado pelo Baldacci sobre o assunto questionando de como vemos na nossa intuição, segundo os dados existentes, em relação ao futuro. Enfatiza que o Documento Referencial a ser apresentado no dia 27 de abril deve ser de fato um documento que todos vão assinar em baixo com mais com gosto, sobre o que estamos esperando que aconteça no futuro. Informa que depois vamos volta ao assunto. **O Sr. João Martins (Presidente da ABAV)** parabeniza pelo trabalho ressaltando que essa é a visão de futuro que tanto precisam, pede para fazer a entrega ao Sr. Ministro, de um documento que é simples, mas que foi solicitado a todos do Conselho para que dessem subsídios ao Plano Nacional de Turismo 2007 - 2010. Informa que teve o cuidado de ler o documento e nota alguns pontos ainda por fazer. Ressalta que a ABAV há mais de três anos luta para regulamentação da atividade do agente de viagem, e dá a notícia em primeira mão, que o documento está nas mãos do Senador Tarso Jereissati, pessoa do seu relacionamento pessoal e bom entendedor do processo turístico, portanto aguarda o parecer. Diz que há necessidade de ter uma audiência pública e pede a presença do Sr. Ministro onde vão discutir problemas de relação com o consumidor, que é a parte mais problemática. **O Sr. Ministro** comunica a presença do Secretário do Turismo da cidade do Rio de Janeiro, o querido amigo Rubens Medina, ex Deputado Federal, companheiro. **A Sra. Margareth Pizzato (Presidente da ABRACCEF)** pede para registrar o trabalho desenvolvido na Macro região Sul sobre a Agência. Ressalta que a região Sul sempre quis ter uma Frente Sul, pois existiam outras no Nordeste, Norte e vê o amadurecimento do trade turístico quando é criada uma organização nos estados. Considera impressionante o trabalho e registra a união em torno da Agência. Parabeniza o Ministério e toda sua equipe. **O Sr. Ricardo Sanson (Vice presidente da ABRACCEF)** Comunica que no último dia 9 de março foi concretizada, através da Assembléia dos Fundadores, com registro em cartório, o Estatuto da Agência da Região Sul e diz que a ABRACEF se orgulha em participar na sua vice presidência. Veste a camisa do Ministério para que o Sul faça parte do processo. **O Sr. George Ermakoff (Presidente do SNEA)** sobre a apresentação da

ABRASEL ressalta que não tem como contestar, pois precisaria logicamente fazer o levantamento, mas crê que não está correto o dado quanto a participação da aviação no PIB. Considera que foi apresentada uma segmentação que mostra a aviação com um percentual bastante pequeno e acredita que deve estar errado, porque fizeram estudos e pelos valores, só o faturamento das empresas aéreas é muito mais. Se compromete a revisar. Apresenta o balanço do exercício de 2005, onde 2003 houve uma redução da oferta em 11% e uma redução de demanda no tráfego doméstico em 5,8%. Em 2004 ocorreu um pequeno aumento da oferta em 2,6 e da demanda em 12 % , enquanto em 2005 o aumento da oferta foi de 11,5% e da demanda em 19,4%. Diz que nos dois primeiros meses de 2006 está por volta dos 20%, com um aumento substancial na demanda, causado basicamente pela questão preço. Na área internacional houve redução de demanda em 2003, aumento de 8,2 em 2004 e aumento de 6,8 em 2005. Destaca que, "principalmente no tráfego doméstico, houve um aumento substancial, enquanto que no internacional, no ano de 98 tivemos um pico, uma caída em 99 e gradativamente estamos subindo, bem devagar, nada comparável como os números anteriores de 98. Mostra um dado extremamente interessante para entender o que está acontecendo com a aviação comercial brasileira, com o ILD médio do ano de 2004 e 2005, onde a média do preço das passagens aéreas reduziu substancialmente. Enfatiza que, em reunião com a diretoria da ANAC, houve a proposta de trabalhar em conjunto para que as empresas, consigam produzir os dados, pelo menos com atraso de um mês no máximo, porque hoje analisam dados de outubro do ano passado. O DAC consolida números recebidos de todas as empresas aéreas, mas sempre tem uma que não entrega, outra que atrasa, então, considera que seria de grande interesse, também do Ministério do Turismo, ter números em tempo real. Na questão do preço de combustível, informa que os aumentos ocorrem bruscamente e as empresas levam tempo para repassar e ajustar seus tarifários e receita, no que acabam com prejuízos. Em abril, o *break in* subiu bastante acima do aproveitamento e, ressalta que são esses os problemas que tem que ser administrados. No internacional, a média móvel do aproveitamento está acima de 75%, sendo a razão da oferta e demanda andarem mais ou menos juntas. Demonstra a questão de custo, de 2002 à dezembro de 2005, os aumentos dos derivados de petróleo, destacando que o querosene de aviação tem um tratamento monopolista por parte da Petrobrás. Ressalta que a legislação hoje permite que o preço seja livre e então, impõe seu o preço e aplica uma política diferenciada para o querosene de aviação e nos outros derivados de petróleo. Revela que uma das grandes conquistas é que houve um compromisso da Petrobrás para quando aumentar o preço do combustível, passaria a valer 7 dias depois para adaptação. No entanto, uma ação nesse sentido, para colocar em execução, leva mais de três meses. Considera um assunto importante para as empresas aéreas. Diz que existem algumas pendências e pede o apoio do Ministério na questão do PISCONFINS sobre o combustível de vôos internacionais. O Brasil faz acordos internacionais, acordos bilaterais de não taxação e a Receita Federal, ao invés de taxar o COFINS na distribuidora, vai sorrateiramente e taxa a refinaria, burlando o acordo que o Brasil firmou. Entretanto os navios não pagam, porque usam uma lei que incentiva a exportação, e o diesel do navio vai para um tanque alfandegado dentro do porto e de lá vai para o navio. No caso das empresas aéreas, infelizmente não é possível pelo tanque alfandegário porque anda com os hidrantes que abastecem os aviões nas posições que estão estacionados. O outro assunto é sobre a questão dos critérios de fixação de preços e tributação de combustível, mas conseguiram com a Petrobrás recentemente fazer um seminário para discutir o assunto e a IATA está preparando um trabalho comparativo de preços de querosene no Brasil com o resto

do mundo. Ressalta que a questão do imposto de renda sobre remessa ainda é pendente. Alerta que tudo isso encarece mais o transporte aéreo. Finaliza comentando o avanço do Correio em cima da carga das empresas aéreas, pois tem um monopólio postal por lei. Comunica que recebem denúncias em que o Correio está atuando com produtos industriais, fretam aviões para transportar os correios e o que sobra completam com a indústria e oferece o terço do preço pela carga, sem pagamento de ICMS inclusive, e essas cargas acabam embarcando em prejuízo das empresas aéreas. O **Sr. Ministro** fala da questão do Correio, e indaga se já foi formalizada a denuncia ao Presidente do Correio. O **Sr. George Ermakoff (Presidente do SNEA)** informa que fizeram uma queixa formal ao DAC. O **Sr. Ministro** considera a denúncia séria, e os Correios como empresa pública sugere, se o Ermakoff estiver em Brasília, marcaria uma reunião com o Ministro Hélio Costa, responsável pelos Correios para apresentar o assunto e exigir uma providência imediata. O **Sr. George Ermakoff (Presidente do SNEA)** informa que já foi apresentada formalmente a denúncia ao DAC, inclusive com fotografias de caixas de televisão como se fossem cartas, e lógicamente fez a denúncia formalmente à nova diretoria da ANAC, em recente reunião e prepara uma representação ao CAD contra o Correio, na prática de concorrência desleal com as empresas aéreas. O **Sr. Ministro** coloca-se à disposição para conversar com o Ministro Hélio Costa, segunda ou terça-feira, inclusive. O **Sr. George Ermakoff (Presidente do SNEA)** diz que estará em Brasília, na segunda-feira para a posse dos novos diretores na ANAC, e com toda certeza ficará para acompanhar ou pelo menos, ser encaminhado para tratar do assunto. O **Sr. Ministro** diz que se não puder ir pessoalmente, por alguma razão, o Secretário Executivo Marcio Favilla vai no seu lugar. O **Sr. Goiaci Guimarães (Presidente da FAVEC)** diz estar muito orgulhoso de participar do Conselho, que aprende a conviver na convergência, porque todos trabalham com a cadeia produtiva, gerando empregos, não importa em que setor. No Conselho ninguém é concorrente ou inimigo, mas colegas que trabalham para o bem do turismo. Lembra que todo o setor produtivo, depende da aviação, que está sempre brigando entre si, o que é ruim para os demais. Se diz irritado com o setor, pois enfrenta dificuldades quando precisa de dados da aviação. Coloca-se à disposição para ajudar com todo o setor presente ao Conselho. O **Sr. George Ermakoff (Presidente do SNEA)** informa que todos os dados são enviados obrigatoriamente para o DAC, é compulsório. Então se uma empresa não quer divulgar os seus dados, não manda e não disponibiliza e as informações ficam atrasadas em torno de cinco meses. A proposta é que o SNEA tente agilizar e fazer com que os dados sejam processados pela ANAC e cheguem com maior rapidez. Essa obrigação não é do SNEA, mas do DAC. O **Sr. Ministro**, sobre os pontos apresentados, comenta que não sabia ou havia esquecido da questão do PIS e COFINS sobre o combustível para empresas estrangeiras, o que realmente é um absurdo. Os outros dois pontos já tinha conhecimento e tentaria marcar com o Murilo Portugal que atua nessa área, para ter uma conversa e ir mais rápido na solução. Ressalta que está trabalhando com a Fazenda na desoneração da cadeia produtiva do turismo porque a Maria Luiza está interagindo direto com o Secretário da Receita, o Rachid, e solicita que todas as vezes que qualquer um, de qualquer setor, tiver que atuar com o governo, não deixar de incluir o Ministério, pois o Presidente Lula não admite que o Ministro não atenda e portanto, tem essa facilidade de introduzir os assuntos. Diz mais uma vez, quer que todos os membros do Conselho, quando tiver qualquer dificuldade, com qualquer membro do governo federal, que tenham a naturalidade de ligar para que possa fazer alguma conexão. O **Sr. João Martins (Presidente da ABAV)** diz que a ABAV se sente solidária com tudo o que foi falado. Informa que hoje a ABAV tem vinte ações no Brasil inteiro contra as companhias aéreas, por

incompreensões. Fala da disparidade de tratamento pois, quando um agente de viagem vende uma passagem de uma companhia aérea a INFRAERO paga 3%. Retira o COFINS das agencias e paga à companhia aérea. Considera que existem muitas coisas que precisam conversar, dar as mãos, refletir e compreender que ninguém vai conseguir reconstruir uma malha digna, correta, produtiva, de uma companhia aérea nacional se continuarem em conflito. Fala ao Ermakoff que a ABAV e a FAVEC estão com a mesma intenção. Convida para ir na BRAZTOA, sentar numa mesa e encontrar uma maneira de parar as brigas por tão pouco e assumir as brigas verdadeiras, que são aquelas que todos têm contra as pessoas que estão prejudicando todo o sistema produtivo. O **Sr. Guilherme Paulus (Indicação do Presidente)** esclarece ao Ermakoff que os navios fretados circulam dentro dos portos brasileiros, pagam impostos, no entanto, navios como o *Queen Mary* que passou dias no Rio de Janeiro e foi embora, não paga porque faz abastecimento fora, mas que traz navios fretados e paga 33%, sendo a grande receita, inclusive. O **Sr. George Ermakoff (Presidente do SNEA)** fala que se referiu a vôos internacionais das empresas brasileiras e das empresas estrangeiras. Então, está embutido no preço do combustível o equivalente mais ou menos a 5% do valor do combustível porque é valor fixo por metro cúbico, e de acordo com a cotação varia, mas é em média 5%, e este valor não deveria estar embutido porque existem acordos internacionais assinados pelo Brasil. O **Secretário Executivo Marcio Favilla** agradece e passa para o próximo assunto da pauta com a apresentação da estrutura do Documento Referencial - Turismo no Brasil 2007 / 2010. O **Diretor Airton Pereira (SNPTUR/MTUR)** cumprimenta o Sr. Ministro e demais companheiros da mesa. Comenta sobre as reuniões a serem realizadas na semana de 27 de março à 3 de abril, esclarece sobre a diferença entre o Documento Referencial e o outro que foi produzido e coordenado pela Secretaria de Políticas do Ministério do Turismo em 2003, do governo recém eleito, que ouvindo a sociedade construiu o Plano Nacional de Turismo, estabelecendo metas e cruzando as demandas do momento com a realidade orçamentária, com projeção para os próximos anos. No novo documento, coube à Secretaria Nacional de Políticas enquanto Secretaria Executiva do Conselho sistematizar o conjunto de propostas encaminhadas. O documento é do Conselho, e não um novo Plano Nacional, que caberá ao governo eleito elaborar. Considera importante entender a diferença, pois esse documento não estabelece novas metas, é uma proposta simplificada, com apenas três itens, com um cenário que acompanha os documentos da OMT e WTTC que projetam o desenvolvimento do turismo nos próximos anos. A segunda peça é um diagnóstico que,, ao longo dessas semanas está recebendo as contribuições dos Conselheiros e o terceiro momento, são as propostas, onde cada Conselheiro, na sua área de atuação, entende que ainda precisa ser feito, frente o que foi apresentado no diagnóstico, para que o turismo brasileiro evoluir. Pede que durante as reuniões, cada grupo escolha um representante para validar o trabalho a ser apresentado, inicialmente no dia 27 de abril, para posterior revisão e edição. Destaca que a elaboração é aberta também para participação popular, através de endereço específico brasil.2007@turismo.gov.br. Agradece. O **Sr. Ministro** fala que se existe uma coisa que quer pedir a todos do Conselho Nacional de Turismo, é uma ajuda nesse documento para fazer com densidade e contribuir de forma extraordinária no futuro do turismo no Brasil. Considera que os dados da OMT, da WTTC, das pesquisas, do sentimento de cada um com os negócios, os dados macro econômicos que o próprio país já tem em relação a previsão de longo prazo, sem contar os estudos do BRICS que vão para 2050 serão de grande relevância. Ressalta que esse é um exercício saudável, propõe uma data para ser entregue e compartilhado entre todos no final do mês de abril, comemorando os três anos do

Plano Nacional. Ressalta que o mais importante é assumir a contribuição no desenvolvimento do estudo, para não resultar em uma coisa de meia dúzia de pessoas. Diz ser muito importante que os setores se manifestem por escrito, pois as reuniões que o Airton está coordenando darão transparência, e posteriormente serão disponibilizadas. Sugere dar um realce a esse trabalho para que, a partir de 2007, qualquer que seja o novo governo, seja o Presidente Lula reeleito, ou seja outro, os que fazem o turismo haverem contribuído de forma relevante para o desenvolvimento da atividade no país. Pede o apoio ao Airton que, mesmo não estando formalmente no cargo, já trabalha há mais de 20 dias no Ministério e, pede também ajuda ao BNDES, um dos órgãos no Brasil que tem uma capacidade de pensamento de longo prazo, para ver o que têm de estudos de projeção de cenários. O **Secretário Executivo Marcio Favilla** acrescenta sobre a importância de ter como referência na visão de futuro, as Metas do Milênio estabelecidas pela ONU e, a contribuição que o turismo pode dar para a sua consecução. Enfatiza que é um item que está na discussão internacional, no âmbito de todas as reuniões da OMT, seja nas Assembléias Gerais, seja nas reuniões semestrais do Conselho Executivo sendo importante que essa questão esteja presente na visão de longo prazo do turismo brasileiro. Passa a palavra para o próximo item da pauta, Secretário Marcelo Sáfadi que vai falar sobre o Sistema Nacional do Turismo, núcleo de gestão estratégica. O **Sr. Marcelo Sáfadi (Presidente do FORNATUR)** saúda a todos, entrega para o Sr. Ministro o material que reúne todas as Atas com as decisões do Fórum Nacional de Secretários que completa seis anos. Destaca que o Sr. Ministro tem a honra de receber o primeiro exemplar, já que muito disso foi seu estímulo. Em seguida, propõe algo que não implica na presença de cada um na sua função, que é uma proposta de modernização. Declara que nos últimos anos ocorreram alguns avanços fantásticos e destaca a Lei Geral do Turismo que falta só o momento de aprovará-la. Também o exercício do planejamento na área de comunicação e marketing nacional e internacional, o exercício de organizar o que seria um programa nacional de qualificação profissional e empresarial. Considera que os quatro últimos anos foram dedicados a organizar um sistema de pensar o turismo, só que, talvez os instrumentos para operar tenham algumas lacunas. Destaca primeiramente a organização dos roteiros dentro das regiões que depois, de forma organizada, formam os Fóruns Estaduais e com os empresários dos estados, formam os Fóruns Macro regionais. Fala da situação operacional do turismo nacional, com recursos concentrados na esfera federal, sendo as despesas distribuídas entre a União, Estados e Municípios. Diz que esse é o Brasil que foi inventado nos últimos 20 anos para concentração da receita no governo federal. Ressalta que não fala de nenhum governo específico, mas da história do Brasil que, anulou os municípios, quebrou os estados e deixou todo o poder de distribuição nas mãos do governo federal, com mecanismos institucionais administrativos para realização das ações burocráticas e lentas, constituindo hoje talvez, o pior sistema da administração pública do mundo. A aprovação do orçamento, a definição dos programas e ações em velocidade diferente das demandas do mercado de turismo, lidamos com promoção ou o mercado não tira férias. O mercado não tem que esperar o orçamento aprovar e a cada momento que esse sistema da administração pública brasileira, atrasa, perde-se o espaço que dá a continuidade. Há um tempo muito longo entre a elaboração dos projetos e a saída dos recursos, o que implica em mudança nos planos de trabalho. Diz que o Conselho Nacional de Turismo possui todo os entes de turismo em um colegiado autentico e representativo do turismo nacional. Os Fóruns Estaduais e as Agencias começam a promover o debate sistematizado, aumentando a massa crítica local e a possibilidade de descentralizar a gestão por regiões, estados e pelo setor privado. É uma questão

nacional pelas instituições, regional pelas Agencias, estadual pelos estados e, então já existe hoje uma inteligência para o assunto. Com isso propõe como situação ideal fortalecer as estruturas descentralizadas e, descentralizar a gestão de setores públicos no âmbito de suas competências, ou seja, fortalecer as entidades públicas, estruturar e descentralizar a gestão do setor privado e da sociedade civil organizada no âmbito de suas competências. Volta a dizer que o melhor controle da gestão dos gastos públicos é quando a ação é feita pelo próprio beneficiário e a proposta que coloca é criar um Sistema Nacional de Turismo que possibilite a transferência de recursos para instituições setoriais, criadas para administrar as ações de áreas que demandam autonomia, velocidade e oportunidade, ou seja, no turismo tem algumas áreas que tem que ser em tempo real. A proposta inclui o núcleo de gestão com o Conselho Nacional, o Ministério do Turismo, o Fórum Nacional de Secretários. Abaixo, sugere uma entidade especializada em capacitação com a participação do SEBRAE, SENAC, ABIH, ABBTUR, Universidades etc. mais as entidades especializadas em promoção como a BRAZTOA, BITO, Convention, ABIH, ABAV, entidades especializadas em gestão com os estados, institutos e Fóruns. Hoje a Câmara de Promoção está ligada ao Conselho Nacional, e reúne, em uma velocidade que não é de mercado, mas na capacidade dos entes do Ministério de cuidarem das várias Câmaras. Propõe criar uma entidade especializada a Brasil Turismo, uma entidade específica, como é *Tour Espanha* etc, onde poderiam ter recursos orçamentários direcionados bem como, recursos privados. A entidade envolveria a BITO, BRAZTOA, todos ligados ao mercado, que poderiam realizar ações como os eventos fora e dentro do país, ações de relações públicas, os Escritórios, os Salões brasileiros. Informa que seria uma entidade com controle das próprias entidades civil organizadas no gasto do dinheiro público. Essa entidade especializada em promoção teria a participação no Conselho das entidades afetas ao mercado, com fiscalização externa e interna, porque continuaria atendendo a fiscalização federal, mas do próprio setor, porque quem manda no Conselho põe o seu CPF junto, atestando no Conselho Fiscal a veracidade das coisas. Isso permitiria ter transparência, cumplicidade e profissionalização. Considera que a entidade pode ser uma S/A como ocorre na Espanha, ou uma empresa mista, como ocorre em Portugal, uma empresa privada como ocorre nos Estados Unidos, ou uma OCIP que são os mecanismos hoje disponíveis. Ressalta que não sabe qual é o melhor sistema, mas sabe que para conseguir garantia na continuidade das políticas públicas, o grande momento é pensar agora, antes de saber quem vai assumir. Considera que existe um ambiente para propor a criação do Sistema Nacional de Turismo, tendo entre o mercado e o governo, as entidades mistas no formato que for adequado. Reporta-se que o Ministro pediu o avanço nesses estudos e como o Milton teve uma tarefa muito mais complexa para desenvolver, fez exercício sozinho, buscando consultorias, conversas com varias pessoas também da EMBRATUR e do Ministério, tentando trazer o que seria um modelo e cabe agora pensar quais as áreas que demandam essa estrutura. **Sr. Adair Rocha (Ministério da Cultura)** ressalta que o Airton e o Marcelo provaram uma das coisas mais interessantes da experiência de como se constrói política pública e como se estabelece afinidade de governo. O Conselho, pelo fato de juntar outros Ministérios, certamente a experiência do Ministério da Cultura, pode estabelecer trocas. Considera que o cerne da política está sendo estabelecido e colocado de forma muito competente e que precisa ser consolidado, independente de quem esteja no governo, tem que estabelecer formas de trabalho. Nesse sentido, cumprencia a todos, principalmente pela pessoa importante do Airton para a Secretaria Nacional de Políticas, onde todos vão ganhar. Coloca a importância de uma parceria também com o Ministério da Cultura, onde vai acontecer em novembro, o Fórum Mundial

Social, no Rio de Janeiro e Salvador e, o Ministério é o irmão gêmeo para constituição do processo. Dá a notícia que o Ministério da Cultura tem o novo Presidente do IPHAN com uma afinidade muito grande com o Ministério do Turismo. O **Sr. Ministro** fala que a questão colocada pelo Marcelo Sáfadi está coberta de razão nas dificuldades que existem para fazer as coisas acontecerem. Concorda que deve abrir uma discussão inteligente com a proposta para buscar o mecanismo correto. O próprio Conselho Nacional de Turismo poderia chegar a ponto de sugerir ao Congresso Nacional, uma política de alocar recursos para promoção, a, b, c e d no interesse da geração de emprego, atração de divisas, de investimentos e desenvolvimento do setor. Algumas coisas, tipo fiscalização, políticas públicas, etc, são papéis do governo que não pode delegar. Uma organização que teria governo e empresários, e quem colocar mais dinheiro tem maioria no Conselho, mas todos opinam. A fiscalização é transparente, auditada, todo mundo que trabalhar é profissional escolhido pelo Conselho, com currículo, experiência e metas. Se a EMBRATUR fosse uma empresa privada, ou Fundação, "seguramente teria o Eduardo, a Janine, o Airton, porque são do mercado. Nenhum deles está lá porque é parente, indicado, primo, ou sobrinho do partido a, b, c ou d, pelo menos comigo não foi assim, e com muita gente". Ressalta ao Marcelo, que está pensando muito nisso, sabe que tem dificuldades, mas tem ambição e compromisso por resultados. Diz que descentralizar o recurso é a coisa mais inteligente que existe e entregar a receita dessa descentralização para quem é o beneficiário, é duplamente inteligente e consequente. Então é preciso maturidade hoje para pensar no assunto de uma maneira grande e vai pedir para o Eduardo para que trabalhe um pouco mais a idéia, converse com o Secretário do Fórum e o mesmo também nos estados. O modelo das Agências Macro regionais, dos Fóruns Estaduais tem que estabelecer prioridades, normas claras, consistência com o setor produtivo. Considera a discussão maravilhosa para levar ao Congresso Nacional, fazer audiência pública na Comissão de Turismo da Câmara e na Comissão de Desenvolvimento Regional de Turismo do Senado para amadurecer a discussão, criar as condições de trabalhar com tranquilidade. Diz que vai assumir o compromisso pessoal, pede a ajuda da inteligência do Favilla, da Maria Luisa, do Airton, mais a equipe do Eduardo e dos consultores para somar com o Marcelo e juntos, o FORNATUR e o Conselho Nacional encontrarem um caminho. Diz estar muito convencido que tem um papel para trilhar nos meses que faltam para terminar o governo, e desenhar as estruturas com inteligência e tranquilidade, sem atropelos. Parabeniza ao Marcelo pela dedicação ao tema e pede ao Eduardo que estude o assunto com mais profundidade. Quanto ao assunto, a **Secretária Maria Luisa** enfatiza que é preciso ter clareza para chegar onde estão falando. Considera preocupante e que é impossível de ser resolvido quando uma coisa são as estruturas operacionais de ponta e outra, a formulação de política pública que é prerrogativa do governo. Diz que é preciso ter muita clareza do que pode ser feito, tem a legislação e instrumentos de contrato e gestão com o setor público. É importante discutir, ter clareza para avançar em coisa que é real. O **Sr. Ministro** fala que isso mostra que existe a necessidade de discussão. Pede desculpas por não poder permanecer além das 19 horas, pois assumiu compromisso achando que iriam terminar nesse horário, **passa a presidência para o Secretário Executivo Marcio Favilla**, destaca a Reunião Extraordinária do Conselho em 27 de abril, em Brasília para aprovar o Documento Referencial na visão 2010. Agradece a presença de todos, considera um prazer enorme estar na reunião. Informa que estará na Fundação Getúlio Vargas disponibilizando a pesquisa com as 50 maiores empresas de turismo brasileiro, com faturamento de 23 bilhões de reais, resultado muito importante, porque os próprios donos das empresas e os executivos se envolveram na pesquisa para mostrar as

expectativas que têm sobre o desenvolvimento do turismo. O **Secretário Marcio Favilla** chama na seqüência a Coordenação Geral da Administração Aduaneira sobre o novo sistema de declaração de portes e valores para turistas. O **Sr. Celso Dultra (Receita Federal)** inicia com as considerações sobre o papel da Receita Federal no assunto, ressalta que conceitualmente falando, são responsáveis pelas primeiras recepções a todos os turistas que chegam ao país. O procedimento aduaneiro é o último que acontece na entrada do turista, atividade que normalmente as pessoas não apreciam muito, as vezes demorado, que envolve um certo embaraço. Diz que a Receita trabalha para acabar com esse cenário, através do Plano Nacional de Segurança Aduaneira em execução desde 2004, com investimentos em informações de passageiros, em um sistema que vai se chamar IDETEC. Pede aos Conselheiros que auxiliem divulgando as normas. O **Secretário Marcio Favilla** agradece e coloca o Ministério do Turismo à disposição para receber as informações da Secretaria da Receita Federal e retransmitir para as entidades do Conselho Nacional do Turismo para que possam fazer chegar aos seus afiliados. O **Sr. Cláudio Magnavita (Presidente da ABRAJET)** sugere que o Ministério fale com o SNEA para fazer uma gestão junto às companhias aéreas no sentido de repassar a informação aos passageiros em vôos internacionais, entre os speak, agora que o processo começou. Sugere que as companhias aéreas adotem a divulgação do sistema na *internet* nos vôos internacionais. O **Secretário Executivo Marcio Favilla** indaga ao representante da Receita Federal se o sistema já está dado a conhecer às companhias aéreas brasileiras e estrangeiras que operam no país. O **Sr. Celso Dultra (Receita Federal)** responde que não, que no dia 17 de abril saiu a instrução normativa. O **Secretário Executivo Marcio Favilla** pede então para encaminhar formalmente a instrução normativa para retransmitir a informação às entidades do Conselho Nacional do Turismo, para fazer chegar às empresas filiadas, pois no final é bom que todos saibam dos novos procedimentos, especialmente os passageiros. O **Sr. Celso Dultra (Receita Federal)** informa como o passageiro vai fazer a declaração, com a legislação publicada em folder, em quatro idiomas e comunica que envia o arquivo por e-mail para o Conselho. Pede a participação e colaboração do Ministério juntamente com as entidades para ajudar a divulgar e quando o passageiro, ao chegar ao Brasil, ter eliminada a burocracia do formulário, podendo fazer antecipadamente pela *internet* no site da Receita. O **Sr. Cláudio Magnavita (Presidente da ABRAJET)** fala que se enviarem o release a ABRAJET, pode encaminhar para todos os jornalistas de turismo e fazer uma divulgação nacional na imprensa especializada em turismo. O **Sr. Celso Dultra (Receita Federal)** indagado sobre a forma de valor estabelecida, informa que é pelo Conselho Monetário Nacional. O **Secretário Executivo Marcio Favilla** fala que está claro que o valor hoje que prevalece é de 10 mil reais, a intenção da Receita Federal é que passe para 10 mil dólares e está no âmbito do Conselho Monetário Nacional aprovar. O **Sr. Goiaci Guimarães (Presidente da FAVECC)** considera que valeria a pena o Secretário Favilla fazer uma consulta, conversar com os operadores e a ABAV, para ver qual seria o bom valor, para não vir outra coisa do Conselho Nacional Monetário e quem sabe, alguém do trade colaborar com a informação, olhando por um turismo baseado no tipo de hotel e resort. O **Secretário Executivo Marcio Favilla** dá continuidade a pauta, aborda pessoalmente o tema do Fórum Mundial de Turismo para a Paz e Desenvolvimento Sustentável, com o terceiro encontro anual em Porto Alegre, no dia 29 de novembro. Informa que a programação já está estruturada em trabalho conjunto com o Instituto de Hospitalidade e os parceiros locais como a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e demais apoiadores. Destaca a importância da mobilização de todos para realizar o encontro. Considera importante

e necessário ter um representante do Conselho para fazer parte da comissão de avaliação que a legislação determina para execução do Termo de Parceria que sempre formaliza com o Instituto de Hospitalidade, a entidade executora. Solicita aos conselheiros presentes a indicação de quem gostaria de participar, pois é uma exigência legal. Informa que a comissão de avaliação deve ser composta por dois membros do poder executivo, um da OSCIP e um do Conselho de Política Pública que e no caso do turismo é o Conselho Nacional de Turismo, então solicita um voluntário para integrar a comissão e ainda, por necessidades legais, considerando a Lei 9.790/99, submete à aprovação do Conselho a formalização de Termo de Parceria com a Fundação Instituto de Hospitalidade, com Inteveniência da Fundação Turismo para Paz e Desenvolvimento Sustentável, que tem por objeto a conjugação de esforços dos partícipes em executar as ações necessárias à realização do 3º Encontro Anual do Fórum Mundial e do Movimento Brasil de Turismo e Cultura. O **Sr. João Moreira (Presidente da FBC&VB)** respeitando os interesses dos demais, manifesta o desejo de qualificar a Federação, que já participou do Conselho Fiscal no evento realizado na Bahia por solicitação do próprio Ministério e, na condição de integrantes da Organização Mundial de Turismo, habilita para concorrer a vaga com a Federação Brasileira *Convention and Visitors Bureau*. O **Secretário Executivo Marcio Favilla** agradece e indaga se os demais membros do Conselho presentes se sentem representados pela Federação *Convention and Visitors Bureau* para a Comissão de Avaliação. O **Sr. Cláudio Magnavita (Presidente da ABRAJET)** diz que considera brilhante até porque o João Moreira é gaúcho, vai estar mais próximo e acompanhando mais de perto o evento em Porto Alegre, portanto tem tudo a ver, a ABRAJET apóia. O **Secretário Executivo Marcio Favilla** anuncia o próximo item da pauta com a participação do Conselheiro **Sr. Moacyr Roberto (CONTRATUH)** que deixa para fazer a apresentação numa próxima oportunidade, mas aproveita para fazer alguns registros. Primeiro parabeniza a ABRAJET, na pessoa do Cláudio Magnavita pelo brilhante trabalho no jornal distribuído, até porque a CONTRATUH desde a sua criação em 88 defende a Fundação e a criação de cassinos no Brasil. Lamentavelmente não entende porque só no Brasil e na Bolívia não existe. Reporta-se ao Vai Brasil, por ocasião do lançamento, a CONTRATUH se propôs a participar da comissão. Não entende porque não foram convidados e porque ficam de lado, pois estão em todas as Câmaras Temáticas, além da participação efetiva no Conselho. Entende que a entidade deve interferir diretamente nas questões políticas do governo. Faz um apelo a todos Conselheiros para não deixar arriar a bandeira do Ministério do Turismo, seja qual for o Presidente. Na seqüência, o **Sr. Alain Baldacci (Presidente da ADIBRA)** faz algumas considerações sobre a convenção nacional dos Parques Temáticos e Atrações Turísticas. Solicita cópia do relatório da FIPE e da WTTC porque vai servir de motivo para fazer a abertura da reunião, onde a maior parte do setor vai estar presente, considerando a pesquisa uma surpresa boa porque os parques temáticos, apesar de recentes no reconhecimento como segmento turístico, aparecem hoje, 2,5% da quantidade de turistas no motivo da viagem. Entende que o Ministério, está cumprindo com muito êxito a primeira fase do desafio do turismo nacional que é aumentar o fluxo turístico interno internacional, os resultados mostram a competência e o sucesso de suas políticas. O **Secretário Executivo Marcio Favilla** diz que os êxitos referidos ao Ministério, na realidade são coletivos, assim entende porque o Conselho participa da formulação, execução e implementação da política. O **Sr. Castelo Branco (BNDES)** faz consideração sobre a tabela que trata de desembolsos do BNDES para o turismo, como uma tabela isolada, não reflete a realidade dos desembolsos do Banco, pois são mais. Diz que o BNDES desembolsou em 2005, 106 milhões de

reais e não os 37 que aparecem. Em 2004, foram 56 milhões de reais e não os 17, e se a preocupação são os desembolsos que são feitos pelo Banco do Brasil, a Caixa, o Banco do Nordeste ou Banco da Amazônia, com os recursos do BNDES, são simplesmente 5% do valor total dos desembolsos. A outra consideração diz respeito ao que o Ministro falou das novidades do BNDES, que mudou recentemente as suas políticas operacionais, em que os custos das operações do Banco foram reduzidos. Então para que se tenha uma idéia, uma grande empresa hoje toma recursos no BNDES ao um custo final diretamente, se o Banco assume o risco entre TJLP, mais 2,3% e 3,3% ao ano, a TJLP até 31 de março está em 9% ao ano, por conseguinte um custo máximo para grande empresa, seria da ordem de 12,3% ao ano. E a pequena empresa, micro, pequena e média teria um custo entre TJLP mais 1,8 e 2,8% ao ano, por conseguinte um custo máximo de 11,8% ao ano. A outra consideração importante é que uma ação do BNDES com o Ministério do Turismo, o Ministério do Desenvolvimento, o Presidente da República assinou um decreto que permite que as empresas de controle estrangeiro ou de controle compartilhado com os estrangeiros possam ser financiadas em a moeda nacional, coisa que até então não podia em decorrência da lei 4131 e o decreto 2233 e o decreto 5688 foi editado.

O Secretário Executivo Marcio Favilla ressalta esse ponto porque foi objeto de discussão do passado no âmbito do Conselho, como também em reuniões do Ministro com empresários internacionais. Por força dessa legislação que o Conselheiro Castelo Branco se referiu, o BNDES só poderia financiar determinados setores e a lista foi estabelecida anos atrás quando do programa nacional de desestatização, onde empresas estrangeiras poderiam ser financiadas desde que elencadas as excepcionalidades em moeda nacional. **O Sr. Castelo Branco (BNDES)** completa lembrando que os desembolsos são muitos aquém do que gostariam, mas o BNDES financia principalmente o investimento e que depende da confiança dos empresários, no crescimento da economia, na sua capacidade de tomar recursos emprestados e pagar. **O Secretário Marcio Favilla** fala sobre o volume muito grande de empresários de origem brasileira e estrangeira, investirem e com confiança no retorno do seu investimento no país. Espera que o comprometimento, a participação do setor financeiro estatal com o turismo continue a crescer sempre com velocidade. **O Sr. Cláudio Magnavita (Presidente da ABRAJET)** reporta-se ao trabalho distribuído que mostra a importância do jogo como alimentador financeiro em Portugal das empresas e instituições portuguesas e pede a todos uma leitura cuidadosa do assunto porque é um trabalho de fôlego do editor Rodrigo Figueiredo e mostra toda receita oriunda dos cassinos de Portugal para investimento no setor do turismo. Ressalta que a FINJET, que é a Federação Internacional de Jornalismo de Turismo, durante o encontro na FITUR, vai realizar no Brasil no congresso da ABRAJET, uma reunião regional. A ABRAJET está ultimando os preparativos para realizar em 2007, uma semana antes do congresso da ABAV, o congresso internacional de jornalismo de turismo e comemorar 50 anos. Fala da audiência pública que participou sobre a privatização do Hotel das Cataratas na última sexta-feira em Foz do Iguaçu. Entende que o Ministério do Turismo tem que ter muito cuidado na exposição da grife hoje de sua eficiência em estar participando de projeto que não correspondem por inteiro os interesses da classe turística. Diz que gostaria muito que o Ministério se preservasse nesse processo e sobretudo, trouxesse para a próxima reunião do Conselho a questão da privatização dos equipamentos, importantíssimos para o Brasil. Finaliza saudando o Airton Pereira, pela sua chegada e sugere que as reuniões do Conselho sejam bi mestrais para que a pauta não fique tão sobrecarregada. **A Sra. Isabela Figueira (SUFRAMA)** justifica a ausência do Dr. José Alberto Machado. Em nome da SUFRAMA agradece a todos os membros do Conselho pela manifestação favorável

à proposição feita na 11 reunião candidatando Manaus para a sediar a reunião do conselho Nacional durante a terceira Feira Internacional da Amazônia. A **Secretária Maria Luisa** quanto ao Hotel Cataratas informa que está com um especialista assessorando o Ministério e com uma equipe fazendo a reavaliação do trabalho do escritório de Curitiba. Diz que o Ministro já posicionou a estratégia em relação ao assunto e se por acaso não conseguir um consenso de governo, certamente saem do processo, pois é patrimônio da União e do IBAMA. Considera uma negociação difícil porque envolve o patrimônio e o meio-ambiente. O **Sr. Claudio Magnavita (Presidente da ABRAJET)** fala da importância de envolver o Conselho de Turismo para pressionar o governo. Comunica que recebeu a carta redigida pelo Pedro Fortes e sobre a questão do visto diz que é utilizar a força do Conselho para pressionar se for o caso de mobilizar a ABIH, as demais entidades presentes, a Associação dos Resorts. A **Secretária Maria Luisa** acredita que vai não conseguir chegar em um bom termo até pela situação do tempo, mas está na hora mobilizar. O **Sr. Alexandre Sampaio (Vice presidente da FNHRBS)** parabeniza o Ministério, especialmente a Secretária Maria Luisa pelo trabalho feito na desoneração da cadeia produtiva na atual conjuntura de margens deprimidas da atividade turística do receptivo internacional. Considera fundamental a adequação de práticas contábeis e isenção de tributos na incorporação de ativos mobilizados. Faz um apelo a Secretária Maria Luisa, que isso preocupa tanto o setor empresarial que a Comissão Empresarial de Turismo da CNC, nomeou uma comissão composta pelo Dultra - BITO, o Aristides da Federação de *Convention Bureau* e a Federação Nacional de Hotéis pela ABIH, para retomar o trabalho da Clarice Merse, sobre a adequação da atividade no turismo receptivo internacional, como atividade exportadora. Diz ser importante trazer rapidamente o projeto com as propostas que possam ser analisados com a força política do Ministério, para trabalhar e trazer soluções a curto prazo. O **Secretário Marcio Favilla** comenta que o setor sabe mais que o Ministério porque as tarifas foram fixadas em dólar passado. Diz que hoje a realidade é outra, tem países que trabalham com a sua própria moeda nas suas relações internacionais. Considera que chegou o momento que o setor tem que participar da discussão para ver qual o melhor caminho, mas é uma decisão empresarial e que tem consequências para a promoção internacional e para os negócios. Informa que as inscrições estão encerradas, tem duas solicitações que é do Conselheiro Martinho e da Presidente da ABEOC, Simone para falar, mas antes de passar a palavra registra a presença do Secretário Edson Lupatini, representante do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, que assumiu há poucos meses a direção da Secretaria de Comércio e Serviços recriada há pouco tempo. Agradece a presença e dá as boas vindas ao Edson no Conselho. A **Sra. Simone Sacoman (Presidente da ABEOC)** fala para agradecer ao Secretário Márcio, Secretário Airton, Eduardo, Maria Luisa e a todos que ainda estão presentes. Ressalta que a ABEOC agradece mais uma vez a honra de ter tido a oportunidade de sediar a reunião magna do setor de turismo onde durante mais de 8 horas estão sintonizados, Entende que o plano de gestão da ABEOC está extremamente afinado com tudo que foi discutido no Conselho. É assim que fazem a disseminação da informação que atenda a integração das empresas de eventos no Brasil inteiro como principal objetivo. Diz mais uma vez querer pontuar que isso está sendo um marco para a ABEOC em relação a todos os projetos e ações planejadas para a atual gestão e despede-se dizendo “fiquem a vontade, a casa é de vocês, o congresso é nosso. Muito obrigada! Aplausos. O **Secretário Marcio Favilla** agradece à Presidente Simone, parabeniza e deseja felicidades na gestão à frente da ABEOC. O **Sr. Martinho de Moura (Presidente da ANTTUR)** lembra que na parte da manhã falaram sobre o turismo rodoviário, os roteiros turísticos que

a maioria devem ser realizados com a necessidade do transporte terrestre. Informa que os transportadores são regulados pela ANTT, transportadores de linhas interestaduais regulares, como também os transportadores turísticos em operações interestaduais. Ressalta que possuem um entrave muito sério na ANTT, que é a questão dos embarques dos grupos. A resolução normativa 1166 não permite embarques múltiplos fora do mesmo município, e cita como exemplo clássico, uma operação da CVC, em excursão rodoviária saindo de São Paulo para Porto Seguro, não poderia fazer um segundo embarque em São José dos Campos. Diz que há um grande desgaste com o assunto e entende que chegou a hora do Ministério do Turismo se envolver na situação. Informa que possuem os contatos e depois podem conversar já na gestão do Airton porque precisam que o ministério esteja envolvido para a negociação. O **Secretário Marcio Favilla** diz que o Ministério vai participar da discussão o mais cedo possível, o que precisa é ter as informações, os argumentos bem circunstanciados para que possam se posicionar adequadamente. O **Sr. Martinho de Moura (Presidente da ANTTUR)** se coloca à disposição o assunto e depois, as pessoas com quem devem conversar. **Secretário Marcio Favilla** indaga se alguém mais deseja a palavra. A **Sra. Jurema Dantas (Fórum Cursos Superiores)** comunica que na semana passada saiu a portaria dos novos cursos que vão se submeter ao exame nacional de cursos e que os cursos de turismo, pela primeira vez, vão fazer parte da avaliação. Com isso todos os alunos de todas as faculdades, os alunos entrantes e os concluintes serão submetidos a avaliação. O **Secretário Executivo Marcio Favilla** agradece considerando uma notícia muito boa para o setor, muito boa mesmo. A **Sra. Jurema Dantas (Fórum Cursos Superiores)** ressalta que pretendem fazer uma análise da questão, e pede que o Ministério possa em conjunto colocar o Fórum das Instituições junto ao MEC, exatamente para acompanhar o processo, provas, porque tem no Brasil inteiro a mesma prova com tantos cursos diferenciados e será um grande problema e precisa uma comissão junto ao MEC. O **Secretário Executivo Marcio Favilla** agradece a todos e fala “com isso estamos completando 11 horas e 15 minutos de reunião, considerando desde o momento de início da apresentação da pesquisa da FIPE, alguns estiveram aqui, fora o tempo de deslocamento dos Conselheiros até o local”. Enfatiza que novamente para o Ministério a reunião foi extremamente rica e lembra a primeira extraordinária no dia 27 de abril para a apresentação do Documento Referencial, em uma data que marca com dois dias de antecedência, os três anos de entrega do Plano Nacional de Turismo ao Presidente da República. Agradece a todos. Nada mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrada a presente reunião. Eu, Secretário-Executivo, lavrei a presente ATA que, depois de aprovada, assinarei com o Senhor Presidente da Sessão, em cumprimento às formalidades legais e regulamentares.

WALFRIDO DOS MARES GUIA
Presidente

MILTON SÉRGIO SILVEIRA ZUANAZZI
Secretário-Executivo